

Serge Paugam  
(coord.)

# A pesquisa sociológica

Tradução de Francisco Morás



- COLEÇÃO SOCIOLOGIA  
Coordenador: Brasília Sallum Jr. – Universidade de São Paulo
- Comissão editorial:  
Gabriel Cohn – Universidade de São Paulo  
Irlys Barreira – Universidade Federal do Ceará  
José Ricardo Ramalho – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Marcelo Ridenti – Universidade Estadual de Campinas  
Olávio Dulci – Universidade Federal de Minas Gerais
- A educação moral
  - Emile Durkheim
  - A Pesquisa Qualitativa – Enfoques epistemológicos e metodológicos VV.AA.
  - Sociologia ambiental
  - John Hannigan
  - O poder em movimento – Movimentos sociais e confronto político
  - Sidney Tarrow
  - Quatro tradições sociológicas
  - Randall Collins
  - Introdução à Teoria dos Sistemas
  - Niklas Luhmann
  - Sociologia clássica – Marx, Durkheim e Weber
  - Carlos Eduardo Sell
  - O senso prático
  - Pierre Bourdieu
  - Comportamento em lugares públicos – Notas sobre a organização social dos aglomeramentos
  - Erving Goffman
  - A estrutura da ação social – Vols. I e II
  - Talcott Parsons
  - Ritual de interação – Ensaio sobre o comportamento face a face
  - Erving Goffman
  - A negociação da intimidade
  - Viviana A. Zelizer
  - Sobre fenomenologia e relações sociais
  - Alfred Schütz
  - Os quadros da experiência social – Uma perspectiva de análise
  - Erving Goffman
  - Democracia
  - Charles Tilly
  - A representação do Eu na vida cotidiana
  - Erving Goffman
  - Sociologia da Comunicação – Teoria e ideologia
  - Gabriel Cohn
  - A pesquisa sociológica
  - Serge Paugam (coord.)
  - Sentido da dialética – Marx: lógica e política – Tomo I
  - Ray Fausto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A pesquisa sociológica / Serge Paugam, (coordenador) ;  
tradução de Francisco Morás. – Petrópolis, RJ :  
Vozes, 2015. – (Coleção Sociologia)

Título original: L'enquête sociologique  
Bibliografia  
ISBN 978-85-326-4918-8

1. Pesquisa sociológica – Metodologia. 2. Sociologia  
I. Paugam, Serge. II. Série.  
14-11963

CDD-300.72

Índices para catálogo sistemático:  
1. Pesquisa sociológica : Sociologia 300.72

  
EDITORA  
VOZES

Petrópolis

## Sumário

- Apresentação da colecção*, 9
- Introdução – A pesquisa sociológica em vinte lições*, 11  
Serge Paugam
- Parte I – A postura sociológica, 15**
- 1 Afastar-se das prenoções, 17  
Serge Paugam
- 2 Problematicizar, 33  
Cyril Lemieux
- 3 Escolha e limites do modo de objectivação, 53  
Serge Paugam
- Parte II – As técnicas de pesquisa, 65**
- 4 Construir uma amostra, 67  
Jean-Marie Firdion
- 5 A pesquisa por questionário, 85  
Isabelle Parizot
- 6 Conduzir uma entrevista de face a face, 102  
Janine Barbot
- 7 A observação directa, 124  
Sébastien Chauvin e Nicolas Jounin
- 8 O uso dos arquivos em sociologia, 141  
Liora Israël
- 9 Por que a análise das redes?, 156  
Florence Maillochon
- 10 Articular as abordagens quantitativa e qualitativa, 171  
Pascal Dietrich, Marie Loison e Mannuella Roupnel

## Afastar-se das prenoções

*Serge Paugam*

Como escolher o tema com o qual se pretende trabalhar? Como, partindo do tema inicial, construir um verdadeiro objeto de estudos sociológicos? Como formular a questão sociológica que está na origem da investigação empírica? Como definir hipóteses? Como elaborar métodos de pesquisa apropriados? Estas questões são as que o estudante de sociologia e o sociólogo calejado se colocam e tentam responder antes de iniciar uma pesquisa. Urge acordar-lhes o máximo de atenção. Na prática, não é raro que seis meses, ou mais, separem a escolha inicial do tema da primeira problematização sociológica efetiva.

Por que um tempo tão longo? Em primeiro lugar, porque a escolha inicial é frequentemente guiada por sensibilidades ou orientações que nada têm de científico e das quais é necessário afastar-se progressivamente. Ora, este processo não é fácil, já que ele implica tanto um trabalho sobre si quanto um trabalho sobre as noções do senso comum, sobre as categorias da vida correntes cujo uso sistemático pode levar à cegueira. A construção de um objeto de estudos passa pela desconstrução, ao menos parcial, destas prenoções ou destes prejuízos que constituem obstáculos epistemológicos. Em segundo lugar, porque o trabalho sociológico passa pela enigmatização de tudo aquilo que parece evidente. Neste sentido, tornar-se sociólogo é usar colocar questões imperitinentes, mostrar o que está em jogo por detrás da cena, inteirar-se de todas as artimanhas da vida social, enfim, desvelar a realidade escondida dos fenômenos sociais. Em terceiro lugar, porque uma pesquisa sociológica obriga a um vaivém entre a construção erudita e a verificação — ou a prova — empírica, e isso desde as primeiras formulações da problemática.

É frequente encontrar nas teses de mestrado e doutorado em sociologia, bem como nas introduções de obras que dependem desta disciplina, uma parte intitulada “Construção do objeto de estudos”. Geralmente o sociólogo se dedica num primeiro tempo à descrição de seu tema, à forma como geralmente ele é

tratado na vida corriqueira. E se perguntar: O que faz dele um tema sobre o qual todos falam, que questiona, interessa? Assim procedendo, ele cativa seu leitor, evocando primeiramente o que lhe é familiar, e pouco a pouco o leva a uma postura científica, a uma série de rupturas com o senso comum. A clarificação das palavras e dos conceitos é obviamente necessária, mas trata-se principalmente de um novo questionamento, de uma nova problemática que urge justificar a partir dos trabalhos sociológicos existentes, das hipóteses já verificadas, mas também das questões ainda não esclarecidas. É precisamente neste estágio que se torna possível falar de um objeto de estudos construído, não mais confundível com o sentido inicial das questões ditas de atualidade ou de sociedade. Entretanto, o que o sociólogo resume em algumas páginas parecendo às vezes elementares, geralmente é fruto de uma longa maturação.

Tomar distância em face de sua postura de pesquisador, desconstruir as noções do senso comum, desvelar os contrastes da vida em sociedade, elaborar conceitos e submetê-los à avaliação empírica, enfim, engajar-se simultaneamente num processo de objetivação e de questionamento crítico, eis os aspectos mais ordinários do ofício de sociólogo que neste capítulo entendemos desenvolver.

### Primeiro trabalho de distanciamento

Antes de mais nada, o sociólogo se questiona sobre as razões que o levaram a interessar-se por tal ou tal pesquisa. Interrogar-se sobre a escolha do tema já é eletivamente um primeiro distanciamento. Como um pesquisador, debutante ou traquejado, escolhe? O professor que aceita um aluno no momento da delimitação de seu projeto de pesquisa muito frequentemente constata o vínculo geralmente estreito entre o tema que o candidato escolheu e sua experiência vivida, o ambiente social onde ele cresceu, os encontros que manteve, as dificuldades com as quais se deparou, os problemas que o revoltam, as injustiças que ele condena. Em suma, uma série de pontos que constituem sua relação com o mundo. O sociólogo caledado, deste ponto de vista, não é fundamentalmente diferente. Ele dispõe simplesmente da prudência de dissimular mais, aos olhos de seus colegas, o que poderia aparecer como um obstáculo epistemológico ou uma carência de rigor.

Na realidade, a escolha de um tema nunca é anódina. Geralmente, e em não poucos casos, ela resulta de motivações inconscientes ou, no mínimo, pouco explicitadas. Um exemplo: Por que Durkheim escolheu o suicídio ao invés de outro tema? Este tema pode ser eletivamente complexo e, em muitos aspectos, difícil de ser abordado, sobretudo no quadro de uma pesquisa propriamente sociológica, e, *a fortiori*, enquanto empresa cuja vocação resume-se em estabelecer as bases de uma disciplina. Qual vínculo pessoal Durkheim poderia ter tido com o suicídio? Sabemos, por meio de suas cartas, que ele se autodenominava “neurastênico”, e que, por consequência, se predispunha a refletir sobre esta

questão<sup>1</sup>. Vale lembrar também que em seu livro ele abordou a questão da neurastenia no capítulo primeiro, intitulado “O suicídio e os estados psicopáticos”<sup>2</sup>. Para ele, o objetivo era mostrar que, se esta neurose pode predispor ao suicídio, ela não levaria necessariamente a tal consequência. Segundo Durkheim, é necessário investigar, para além do estado orgânico do neurastênico, outras causas, notadamente as sociais. O mais impressionante é que, nos meandros de sua demonstração, ele se esforça em apresentar o neurastênico como um ser sofredor, mas ao mesmo tempo dotado de qualidades apreciáveis: “Sua debilidade muscular, sua sensibilidade excessiva, que o tornam impróprio à ação, o notabilizam, ao contrário, por suas funções intelectuais que, inclusive elas, necessitam de órgãos apropriados. [...] à medida que a própria sociedade é móvel e que não pode sustentar-se senão progredindo, ele tem uma função útil a exercer, já que, por excelência, sua inteligência é instrumento de progresso. Precisamente por ser refratário à tradição e à submissão ao rotineiro, ele é uma fonte eminentemente fecunda de novidades”<sup>3</sup>. Resumindo: se é compreensível que, não obstante seu sofrimento, o neurastênico possa perfeitamente encontrar seu lugar na sociedade, o tom empregado por Durkheim ao descrever este estado psicológico se lhe aparece empático e próximo. Com o estilo demonstrativo que em geral lhe é peculiar, ao analisar os fenômenos sociais Durkheim os delimita. Para além da aposta estritamente sociológica do estudo do suicídio, não seria absurdo pensar que este tema possa ter tido, para Durkheim, ao menos parcialmente, um interesse de ordem existencial.

Os sociólogos jamais escolhem totalmente ao acaso os temas que pesquisam e, no caso do suicídio, é raro que um sociólogo se interesse por ele sem, em um dado momento de sua vida, ter-se direta ou indiretamente confrontado com ele. É impressionante constatar que os sociólogos que estudam a imigração geralmente são oriundos de famílias que imigraram e que sofreram um processo de aculturação. Os sociólogos que se debruçam sobre a cultura dos ambientes operários e sobre a pobreza geralmente são de origem social mais modesta. A mobilidade social é um tema clássico em sociologia, mas ela é estudada prioritariamente por pesquisadores que conheceram um percurso integracional ascendente ou, ao contrário, por aqueles que viveram uma experiência de desclassificação ou de degradação estatutária. São essencialmente as mulheres que trabalham a questão do gênero e que estudam as dificuldades de conciliar vida familiar e vida profissional, que sublinham com mais convicção a questão

1. Cf. sobre este ponto MUCCHELLI, L., “Autour de la ‘révelation’ d’Émile Durkheim – De l’inscription biographique des découvertes savantes à la notion de ‘Neurose créatrice’”. In: CARROY, J. & RICHARD, N. (orgs.). *La découverte et ses récits en sciences humaines* – Champollion, Freud et les autres. Paris: L’Harmattan, 1998, p. 57-96.

2. DURKHEIM, É. *Le suicide* – Étude de sociologie. Paris: PUF, 1897 [Reed., PUF: Quadrige, 2007]. Cf. esp. p. 33-46.

3. *Ibid.*, p. 45.

da continuidade das desigualdades entre homens e mulheres. São os antigos desportistas, ou os que tiveram um contato mais estreito com o mundo do esporte, que estudam a sociologia do esporte. E basta participar de um congresso de sociólogos da religião para constatar que uma grande parte da assembleia é composta de religiosos ou de pessoas próximas a um culto. Poderíamos multiplicar ao infinito os exemplos. Os sociólogos quase inevitavelmente projetam uma parte deles mesmos nas pesquisas que conduzem. Neste sentido eles não se distinguem do homem ordinário que busca harmonizar suas ações com o mundo que o cerca, visando a melhor compreendê-lo.

A questão que se impõe não é a de saber se é desejável ou não que o sociólogo mantenha uma afinidade com seu tema de pesquisa, mas a de saber enfrentar os inconvenientes da análise feita de “dentro” e da análise feita de “fora”. O pesquisador que já conhece um pouco por “dentro” seu tema pode pretender um conhecimento íntimo do terreno, fundado em experiências concretas e em relações com pessoas que poderiam subseqüentemente se transformar em informantes privilegiados. Mas ser-lhe-ia exigido muito esforço para abandonar as prenoções e preconceitos próprios ao ambiente que ele estuda, ao passo que o pesquisador cujo tema tem pouca relação com seus conhecimentos e sua experiência pessoal poderia prevaletcer-se de uma distância já adquirida.

Citemos aqui o caso de Richard Hoggart, sociólogo inglês oriundo dos bairros populares do Nordeste industrial da Inglaterra, conhecido na França pela tradução de seu livro *The Uses of Literacy* sob o título francês *La culture du pauvre – Études sur le style de vie des classes populaires en Angleterre* (A cultura do pobre – Estudos sobre o estilo de vida das classes populares na Inglaterra)<sup>4</sup>. A particularidade desse livro, escrito nos anos de 1950, é que ele faz fortemente apelo à experiência pessoal autobiográfica do autor em tudo o que se refere às atitudes, às maneiras e às formas de sociabilidade propriamente populares. Hoggart reconheceu que, por essa razão, sua obra não pode almejar à objetividade da pesquisa sociológica, mas nem por isso seu aporte é menos considerável. Em primeiro lugar, porque suas observações de caráter etnográfico são extremamente precisas, e porque ele se abstém de toda extrapolação excessivamente rápida. Ele, ao contrário, confronta os fatos que descreve com inúmeros estudos sociológicos, mantendo uma preocupação permanente de evitar toda generalização inconsiderada. Ele também estuda a literatura de origem popular fazendo uso particular do julgamento distanciando de sociólogo crítico. Hoggart não buscou dissimular sua condição de origem. Sua força, ao contrário, reside em sua capacidade de aproveitar-se disso para descrever “do interior” o universo das classes populares, sem cair nem na veia populista, nem na deriva miserabilista que caracterizam inúmeros trabalhos universitários sobre a condição operária. A qualidade desta obra reside igualmente no incansável trabalho de autoanálise

assumido pelo autor para controlar, sem eliminá-las, as emoções e as resistências ao desvelamento que uma pesquisa como esta inevitavelmente suscita. Isso se percebe, por exemplo, em suas exímias observações sobre a condição do bolista de origem popular e sobre o processo doloroso de desenraizamento e de desclassificação aos quais são confrontados estes jovens prometidos a estudos, cujos pais nunca puderam ter acesso.

Urge ter consciência de que a escolha de um tema raramente é neutra, e que ela geralmente é uma componente da experiência vivida pelo pesquisador, visto ser este um primeiro passo rumo à objetivação ou ao que poderíamos denominar “sociologia reflexiva”. Este, no entanto, é um exercício difícil, já que implica uma ruptura do sociólogo com tudo aquilo que o vincula ao seu objeto de estudos. O pesquisador geralmente resiste em elucidar a relação que ele mantém com seu objeto de estudos, já que quase sempre, de forma mais ou menos inconsciente, engaja nisso seu “interesse” pessoal. Ele, mediante uma postura científica, tenta responder a um questionamento que em parte é justificado por uma aposta do conhecimento sociológico, em parte por seu interesse pessoal. Alguns sociólogos nem sempre se dão conta disso, ou preferem minimizar sua importância.

Pierre Bourdieu declarou que sua pesquisa mais difícil, a mais custosa em termos de esforço de objetivação, reporta-se aos intelectuais e ao campo universitário que ele mesmo estudou. Em *Homo academicus*<sup>5</sup>, ele confrontou-se com a pesada responsabilidade – que ele mesmo aceitou – de estudar de forma científica as lutas internas de um mundo do qual ele era parte integrante. Eis como ele se reporta a esse mundo:

Num primeiro tempo, eu havia construído um modelo do espaço universitário como espaço de posições unidas por relações de força específicas, como um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar este campo de forças. Eu poderia ter parado lá, mas fui alertado pelas observações que em outros tempos, ao longo de meus trabalhos de etnologia, pude realizar sobre o “epistemocentrismo” associado à posição erudita; mais que um mal-estar suscitado em mim, no momento da publicação, o sentimento de ter cometido uma espécie de deslealdade, ao insinuar-me em observador de um jogo que eu continuava a jogar, forçou-me a retornar ao meu próprio ofício<sup>6</sup>.

Este questionamento é primoroso. Ele faz parte de uma etapa essencial da postura científica. Seria efetivamente possível reivindicar a posição de observador imparcial quando pessoalmente se está implicado nos jogos de poder ou de dominação que se pretende estudar? Não haveria um risco de arbítrio, por detrás da aparência de impessoalidade dos procedimentos da pesquisa socioló-

4. Paris: De Minuit, 1970.

5. Paris: De Minuit, 1984.

6. BOURDIEU, P. (com Lotte Wacquant). *Reponses*. Paris: Le Seuil, 1992, p. 225.

gica, visando a defender um ponto de vista ou a construir um espaço de pontos de vista nos quais o sociólogo arroga-se efetivamente o poder de classificar seus concorrentes? Haveria um sistema único para examinar este trabalho, ou este empenharia escolhas e consequentemente preferências? Seria o observador, implicado em seu objeto de pesquisa, o mais bem-situado para intentar esta classificação? Visando a resolver estes problemas, Boudieu fala em *objetivação participante*, que não deve ser confundida com a *observação participante* (cf. cap. 3 “A relação de pesquisa”). Apesar da complexidade deste exercício, seu princípio não consiste somente em considerar o objeto de estudos a distância, mas igualmente em praticar um distanciamento em relação a si mesmo em face do objeto estudado, questionando assim a própria análise da posição do sociólogo no momento mesmo em que ele apresenta seu objeto de estudos e os instrumentos de sua análise. Dessa forma é possível falar de uma sociologia da sociologia, praticada do interior, do próprio coração do processo de elaboração científica.

A consciência dos limites da objetivação objetivista levou-me a descobrir que existe no mundo social, e em particular no mundo universitário, toda uma série de instituições que tem por efeito tornar aceitável a defasagem entre a verdade objetiva e a verdade vivida daquilo que fazemos e somos – tudo aquilo que os sujeitos objetivados querem lembrar quando, à análise objetivista, eles opõem a afirmação de que “não é bem assim que as coisas funcionam”. Refiro-me, por exemplo, particularmente, aos sistemas de defesa coletivos que, em universos onde cada qual luta pelo monopólio de um mercado no qual não existe por cliente senão concorrentes, e onde a vida é consequentemente muito dura, permitem aceitar-se ao corroborar subterfúgios ou gratificações compensatórias fornecidas pelo ambiente. É esta dupla verdade, objetiva e subjetiva, que se constitui em verdade completa do mundo social<sup>7</sup>.

Manter uma relação pessoal com seu objeto de estudos amplia a dificuldade de objetivação, embora isso não comporte nenhuma anormalidade. É inclusive praticamente inevitável que o sociólogo seja atraído pelo estudo de fenômenos sociais que o marcaram no passado, ou que ainda o marcam em sua experiência cotidiana. O sociólogo deve ser capaz de neutralizar seus sentimentos ou rechazar suas paixões. Urge-lhe tomar consciência das próprias preferências ao delimitar o campo de suas investigações e esforçar-se da maneira mais objetiva possível para prestar contas dos limites e dos inconvenientes da relação íntima que o mais frequentemente ele mantém com seu objeto de estudos. É sob essa condição que ele poderá verdadeiramente distanciar-se das prenoções e evitar as ciladas da sociologia espontânea.

### Consciência comum, consciência erudita

Construir um objeto de estudos em sociologia consiste em passar do senso comum ao sentido sociológico. Como qualquer indivíduo vivendo em sociedade, o sociólogo tem opiniões, preferências, uma relação pessoal com as coisas e com os seres. Os fenômenos que ele estuda – o que denominamos o social em sentido amplo – não são isoláveis da atividade humana da qual ele participa. Ele não é o único a conhecê-los, mas sua abordagem é diferente enquanto inscrita num quadro de referência rigorosamente definido, cuja principal característica é a de submeter-se às normas da verdade científica. Para tanto, ele não pode contentar-se em utilizar ingenuamente a linguagem cotidiana, já que esta ao mesmo tempo exprime os valores, as crenças, os hábitos e as ideias dos homens vivendo em sociedade. Esta linguagem constitui frequentemente uma barreira ao conhecimento científico. Os termos da vida cotidiana impõem-se como evidências que o sociólogo deve questionar. Ele não pode servir-se deles sem destruí-los, ou pelo menos sem defini-los de forma precisa. Na obra *Les règles de la méthode sociologique* (As regras do método sociológico), Durkheim fez um alerta contra as prenoções que dominam o senso comum:

Urge, pois, que o sociólogo, ou no momento em que ele determina o objeto de suas pesquisas, ou ao longo de suas demonstrações, se interdite resolutamente o uso destes conceitos formados fora dos quadros científicos e por necessidades que não possuem nada de científico. Urge que ele se distancie destas falsas evidências que dominam o espírito vulgar, que ele se livre, uma vez por todas, do jugo destas categorias empíricas que uma longa habituação acabou tornando-as tirânicas. No mínimo, se a necessidade o obriga a fazer uso deste expediente, que o faça tendo consciência de seu pouco valor, a fim de não convidar estas categorias a exercer na doutrina um papel do qual não são dignas<sup>8</sup>.

Alguns anos mais tarde, Célestin Bouglé retomou esta advertência atendo-se, ele também, aos termos da vida comum que a sociologia espontânea não questiona suficientemente:

Para as noções sociológicas comuns, assim como para as noções geológicas ou meteorológicas, a hora do veredito deve soar enfim, pelo qual o conhecimento científico fará sua escolha, entronizando umas em seu reino e destronando outras. Esta sociologia popular, cujas narrativas de historiadores assim como a literatura edificante de literatos ou os adágios do senso comum nos revelaram a existência, convoca à vida, a fim de poder morrer de sua própria morte, uma sociologia científica<sup>9</sup>.

8. *Les règles de la méthode sociologique*. 1895. Paris: PUF [“Quadrige Grands Textes”, 2007, p. 32].

9. Cf. BOUGLÉ, C. *Qu'est-ce que la sociologie?* Paris: Félix Alcan, 1925.

Tomemos o caso do sociólogo preocupado em estudar o fenômeno da pobreza. Todos nós alimentamos uma ideia mais ou menos precisa deste termo, já que, antes que um conceito sociológico, ele representa uma expressão da vida cotidiana. Primeiramente podemos conhecer a pobreza por termos vivido pessoalmente esta experiência. Aliás, é raro encontrar alguém afirmando nunca ter-se encontrado com uma pessoa ou com uma família vivendo na penúria. A televisão e os jornais regularmente fazem um balanço da pobreza sob forma de reportagens, de testemunhos ou de análises. Mas no fundo, para além da percepção imediata deste fenômeno e do sentido espontâneo que lhe damos, de quem e do que realmente falamos quando nos referimos à pobreza?

O reflexo espontâneo é o de começar definindo quem são os pobres no intuito de contá-los, estudar como vivem e analisar sua evolução no tempo. Os economistas e os estatísticos sempre buscaram dar uma definição substancialista à pobreza. Quantos são? Esta é, aliás, a questão que frequentemente impõe-se como preâmbulo a toda reflexão, um pouco como se fosse inconcebível falar desta problemática sem quantificar os pobres. Existe hoje uma abundante documentação sobre a medição estatística da pobreza<sup>10</sup>, mas falta ainda avaliar o valor das estatísticas e o que elas podem nos ensinar sobre o fenômeno da pobreza. A medição estatística da pobreza, que poderia parecer um esforço de objetivação, na realidade é parte integrante desta sociologia espontânea que procede do senso comum.

O sociólogo que estuda a pobreza não pode contentar-se com uma abordagem descritiva e quantitativa dos pobres. Ele deve questionar a própria noção de pobreza. O raciocínio em termos binários, que consiste em opor as características dos pobres às do resto da sociedade, não passa de um equívoco<sup>11</sup>. A definição de um limiar de pobreza, por mais elaborada e precisa que seja, é sempre arbitrária. Tomemos um exemplo: no limiar de 50% da renda média por unidade de consumo (em torno de 600 euros por mês), existia na França, em 2001, 6% de pessoas em situação de pobreza, ou seja, 3,6 milhões, mas no limiar de 60% da renda média por unidade de consumo (cerca de 720 euros por mês), os pobres representavam 12,4% da população, ou seja, mais que o dobro, totalizando 7,2 milhões de pessoas<sup>12</sup>. Basta, portanto, mudar ligeiramente o limiar oficial da pobreza para que mude radicalmente a proporção da população implicada. Este resultado prova que existe uma forte concentração de arranjos ao redor do limiar de pobreza considerada, e que este limiar contribui no estabelecimento

de um corte radical entre um conjunto de pessoas que na realidade vivem em condições provavelmente similares. Isso não significa dizer que devemos nos privar destes indicadores estatísticos da pobreza. É primordial, no entanto, não limitar-se a esta abordagem. Enquanto a quantificação dos pobres constitui no senso comum um preâmbulo à reflexão, para o sociólogo ela pode ser um verdadeiro obstáculo epistemológico no sentido de criar um impasse e privá-lo da interrogação sobre o sentido mesmo da pobreza.

A questão essencial que o sociólogo deve se colocar é simples: O que faz com que um pobre, numa sociedade dada, seja pobre e nada mais que pobre? Dito de outra forma: O que é que estabelece o estatuto social de pobre? A partir de qual critério essencial uma pessoa torna-se pobre aos olhos dos outros? O que é que permite defini-la prioritariamente por sua pobreza? Coube a Georg Simmel, no início do século XX, responder por primeiro, de forma clara e direta, a esta questão, mesmo se outros antes dele já tivessem esboçado uma resposta<sup>13</sup>. Para Simmel, é a assistência que uma pessoa recebe publicamente da coletividade que determina seu estatuto de pobre. Ser assistido é a marca identitária da condição do pobre, o critério de sua pertença social a um estrato específico da população. Um estrato que é inevitavelmente desvalorizado, já que definido por sua dependência em relação aos outros. Ser assistido, neste sentido, é receber tudo dos outros sem poder inscrever-se, ao menos a curto prazo, em uma relação de complementaridade e de reciprocidade em face deles. O pobre, recipiendário de recursos que lhe são especialmente destinados, deve aceitar viver, mesmo que temporariamente, com a imagem negativa, que lhe recunvia a sociedade e que ele acaba interiorizando, de não ser mais útil, de fazer parte dos que às vezes denominamos "indesejáveis". Cada sociedade define e dá um estatuto social distinto a seus pobres, ao destinar-lhes recursos. O objeto de estudo sociológico por excelência não é, portanto, a pobreza, nem os pobres enquanto tais, como realidade social substancializada, mas a relação de assistência – e, portanto, de interdependência – entre eles e a sociedade à qual pertencem. Esta perspectiva analítica supõe voltar a estudar de forma comparativa os mecanismos de designação dos pobres em diferentes sociedades, pesquisar as representações sociais que estão na origem e que as tornam legítimas, mas também analisar a relação que os pobres assim designados estabelecem com o sistema de ajuda do qual são tributários e, de forma mais geral, as provações das quais fazem a experiência naquele momento e em outras circunstâncias de suas vidas cotidianas<sup>14</sup>.

A passagem do senso comum ao senso sociológico pode parecer relativamente simples. Na realidade, a questão não é tão simples assim. Trata-se, sem dúvida, da questão mais difícil imposta ao sociólogo, que exige dele a maior

10. Cf. ANDRESS, H.-J. (org.). *Empirical Poverty in a Comparative Perspective*. Aldershot: Ashgate, 1998. • DESTREMAU, B. & SALAMA, P. *Mesures et mesure de la pauvreté*. Paris: PUJF 2002.

11. Sobre este ponto, cf. a tese de Ruwen Ogien, sobre a construção social da pobreza, publicada sob o título *Theories ordinaires de la pauvreté*. Paris: PUJF 1983 ["Le Sociologue"].

12. Cf. *Le rapport de l'Observatoire national de la pauvreté et de l'exclusion sociale 2003-2004*. Paris: La Documentation Française, 2004, p. 18.

13. SIMMEL, G. *Les pauvres*. Paris: PUJF 1998 ["Quadrige"] 11. ed. em alemão, 1907].

14. É nesta perspectiva que fiz uma pesquisa comparativa da pobreza. Cf. PAUGAM, S. *Les formes élémentaires de la pauvreté*. Paris: PUJF 2005 ["Le Lien Social"] 1.

vigilância para não cair nas facilidades do julgamento espontâneo, aquele que parece evidente e que acaba sendo aceito como tal, demonstrando assim, e às vezes inadveridamente, uma grande ingenuidade.

Em se tratando do mundo social, jamais arriscamos substituir a dificuldade, ou as ameaças. A força do pré-construído reside no fato que, estando inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, ele se apresenta sob as formas da evidência, que passam despercebidas porque parecem evidentes. A ruptura é efetivamente uma *conversão do olhar*, e podemos dizer do ensinamento da pesquisa em sociologia que ele deve primeiramente “dar novos olhos”, como às vezes o dizem os filósofos iniciáticos. Trata-se de produzir, senão um “homem novo”, pelo menos um “novo olhar”, um *olho sociológico*. E isso é impossível sem uma verdadeira conversão, uma *metanoia*, uma revolução mental, uma mudança de toda a visão do mundo social<sup>15</sup>.

Pode haver igualmente uma pluralidade de usos sociais e institucionais dos termos que se usa no senso comum, e a tal ponto que a noção comum que parece reuni-los é na realidade ambígua, isto é, equívoca. Cada um deles pode veicular ideias recebidas de natureza diferente. Disso resultam inextricáveis confusões. Urge, portanto, redobrar a prudência ao examinar a pluralidade das significações sociais destes termos e estabelecer conscientemente uma ruptura com eles. Com efeito, é heurísticamente fecundo distinguir o uso científico do uso social, visto que o segundo pode revelar-se um real obstáculo à clareza do primeiro assim como para a própria elaboração teórica.

Esta ruptura será tanto mais exitosa quanto mais controlada for. Para tanto, duas condições são necessárias. Marcar uma ruptura com o uso que se faz dos termos da vida cotidiana ou dos termos utilizados no debate social não significa esquecê-los ou fazer de conta que eles não existem. Como o lembra François Isambert, é impossível subtrair-se inteiramente às prenoções, pois, “inicialmente, as coisas sociais não são *dadas* pela percepção, mas *indicadas* pela linguagem comum enquanto noções vulgares”. “Sua identidade primeira, sem dúvida revisável, mas de jeito nenhum negligenciável, está nesta designação”<sup>16</sup>. Durkheim dizia o mesmo quando afirmou:

Urge munir-se de todas as peças dos conceitos novos, apropriados às necessidades da ciência e expressos com o auxílio de uma terminologia especial. Isso não significa, sem dúvida, que o conceito vulgar seja inútil ao homem erudito: ele serve de indicador. Por este indicador somos informados que existe nalgum lugar um conjunto de fenômenos que são reunidos sob uma mesma denominação e que, por consequência, devem verdadeiramente ter características comuns; mesmo,

como ele não existe sem ter tido qualquer contato com os fenômenos, ele nos indica às vezes, mas *grosso modo*, em qual direção tais fenômenos devem ser pesquisados. Mas como é grosseiramente formado, é perfeitamente natural que ele não coincida exatamente com o conceito científico instituído àquela ocasião<sup>17</sup>.

Consequentemente, querer rejeitar sistematicamente a referência a estes termos em razão de seu caráter vago ou desprezar as ideias – ideologias – implícitas ou explícitas que eles veiculam não tem sentido, em particular quando já se explicou o porque das coisas se apresentarem assim e quando já se dispôs um grande esforço na elaboração de conceitos mais precisos. A função do pesquisador é a de esclarecer estes termos, superando-os. Para tanto, urge que ele comece por sua desconstrução e em seguida passe a reconstruir um objeto que, mesmo lhe estando inteiramente próximo, dele deve distanciar-se. O saber em ciências sociais comporta este preço.

Em segundo lugar, isso não significa que o pesquisador deva renunciar absolutamente ao uso destas ferramentas empíricas, por exemplo, os indicadores estatísticos que servem para medir a amplitude dos fenômenos indicados pela linguagem comum. Voltando ao exemplo da pobreza: a comparação das taxas de pobreza, por exemplo, mesmo se o limiar a partir do qual elas são calculadas continue arbitrário, seu mérito é o de accentuar as diferenças de níveis de vida que podem existir entre os diferentes grupos sociais e entre as regiões ou países. No mesmo sentido, é possível tentar comparar os indicadores não monetários, como os vínculos sociais, por exemplo (solidariedades familiares, participação na vida associativa, redes de ajuda privadas etc.) e cruzá-los com os indicadores econômicos para estudar as desigualdades e os acúmulos de deficiências e, através disso, as populações mais prejudicadas. Esta abordagem será tanto mais fecunda quanto mais o pesquisador for crítico em relação aos instrumentos que utiliza. Servindo-se desse recurso, ele poderá lembrar, por exemplo, que o sentido dos indicadores comparados é variável segundo o contexto cultural de cada uma das sociedades estudadas. Ele poderá então empenhar-se em remeter estes indicadores às representações coletivas, à história das instituições e aos modos de intervenção no domínio da luta contra a pobreza e a exclusão, estas igualmente dependentes, ao menos parcialmente, das realidades do desenvolvimento econômico e do mercado de trabalho.

Como o sublinhou Durkheim, o sociólogo sempre parte do conceito vulgar ou da expressão vulgar. Se às vezes parece difícil usar outros termos senão os da linguagem comum, o sociólogo deve então explicitar o sentido preciso como os utiliza em suas finalidades científicas. Entretanto, quando a noção comum conflui uma pluralidade de noções distintas, urge criar conceitos novos.

15. BOURDIEU, P. *Répenses*. Op. cit., p. 221.

16. Cf. ISAMBERT, F. “De la définition – Réflexions sur la stratégie durkheimienne de détermination de l’objet”. *Année Sociologique*, n. 32, 1982, p. 163-192.

17. *Les règles de la méthode sociologique*. Op. cit., p. 37.

## Rumo a um questionamento novo

Romper com o senso comum e afastar-se das prenoções são etapas importantes, entretanto, quais são suas finalidades? Este exercício remete a um questionamento novo. Trata-se efetivamente de pousar um novo olhar sobre a realidade, interrogando-a diferentemente. Por exemplo: Por que os indivíduos agem de tal ou tal forma? Quais são suas verdadeiras motivações, independentemente daquilo que geralmente é apresentado como evidente?

Sempre que acredita eludir a tarefa de construir os fatos em função de uma problemática teórica, o sociólogo submete-se a uma construção ignorada, e que ele ignora como tal, coletando no máximo discursos feticios forjados pelos sujeitos para enfrentarem a situação de pesquisa e responderem a questões artificiais, ou ainda, ao artifício magno da ausência de questões<sup>18</sup>.

Por que não um simples exemplo da vida cotidiana? Por exemplo: quando os preços dispararam, as pessoas comuns e as famílias passam a preocupar-se com o próprio poder aquisitivo. Elas manifestam seus descontentamentos e às vezes acusam explicitamente os responsáveis políticos por ações inadequadas na regulamentação ou na regulação da atividade econômica ou comercial. Diante deste fenômeno, o jornalista busca averiguar a alta dos preços nos supermercados e pede aos consumidores suas opiniões espontâneas sobre a questão. Como passar de uma questão de atualidade que suscita um debate social para uma questão sociológica? A tradução não é imediata. Ela implica uma reflexão distanciada do objeto a ser estudado. O sociólogo buscará analisar, por exemplo, para além da expressão espontânea das dificuldades econômicas da população em geral, os fatores – menos visíveis – do descontentamento popular, insistindo notadamente nas implicações ligadas à situação respectiva de uns e de outros no espaço social. Ele se esforçará na prestação de contas do meio ambiente imediato das pessoas interrogadas e na análise dos laços que as vinculam a seus próximos – vizinhos, amigos, parentes – e à sociedade em geral. Ele poderá então explicar que o mal-estar não está ligado à perda de poder aquisitivo enquanto tal, mas à ansiedade que esta perda alimenta, às desigualdades que ela provoca e à degradação do *status* social que ela pode desencadear nas camadas mais vulneráveis da população. O sociólogo considerará então que o fenômeno econômico da alta dos preços, apresentado nas mídias como um problema geral, na realidade tem efeitos variáveis segundo as categorias sociais, e que ele transtorna o estado das relações sociais. O sociólogo poderá também estudar a evolução dos diferentes tipos de despesas comparando o orçamento de várias famílias, assim como outrora o fez Maurice Halbwachs<sup>19</sup>. Ele tentará analisar

como estas últimas reagem ao decidirem pela contensão de algumas despesas a fim de não sacrificar outras. Diante de uma baixa importante do nível de vida, ligada ao desemprego, por exemplo, a reação corrente – e hoje conhecida – dos consumidores é a de restringir prioritariamente as despesas que ameaçam minimamente não a saúde particular destes indivíduos, mas a manutenção de seu *status* social. Dito de outra forma: o sociólogo vai problematizar a questão do poder aquisitivo definindo um objeto de estudos específico – podem existir muitos – e tentar desvelar assim os contrastes escondidos da vida social.

Passemos para outro exemplo. O *doping* no esporte tornou-se um tema de atualidade, e hoje mais candente ainda por rondar os atletas de alto nível. Toda vez que um caso explode por ocasião de um teste considerado positivo, uma pesquisa é requerida, e os amadores do esporte ficam de oreilha em pé a fim de saber se uma infração foi realmente cometida ou não. Quando os casos de dopagem se repetem regularmente, como, por exemplo, no caso do *Tour de France*, a credibilidade desta prova ciclística, por mais popular que seja, é afetada. O sociólogo não buscará comentar sua atualidade imediata. Ele acima de tudo buscará distanciar-se em relação ao que é apresentado publicamente como um escândalo, ou como um flagelo a combater. Ele igualmente não emitirá um julgamento normativo sobre o comportamento de tal ou tal ciclista, de tal ou tal diretor esportivo, mesmo se a culpabilidade dos diretores seja inquestionável<sup>20</sup>. Ele, antes de tudo, tenderá a responder à seguinte questão: Como ainda é possível que desportistas se dopem? Este enigma passa por vários deslocamentos do olhar. Não é este caso particular que interessa ao sociólogo, mas o fenômeno mais geral da dopagem. Primeiramente, se esta ocorre regularmente, é porque corresponde a uma prática corrente, quase banal, perfeitamente integrada ao esporte de alto nível, como uma componente da preparação física medicável e encampada por especialistas de ponta neste domínio. Em segundo lugar, se esta prática é regular enquanto existe uma proibição da dopagem e um risco de sanção, é que ela é dissimulada, desenvolvendo-se nos bastidores, e com o sentimento tácito dos desportistas e de todos os que os circundam. O sociólogo se interessará então pelo segredo que cerca a preparação física, pela fronteira inevitavelmente estreita entre o acompanhamento médico intensivo, a pesquisa sobre a *performance* otimizada e a dopagem ela mesma. Ele assumirá o esporte como uma cena para a qual os atletas se preparam dissimulando as receitas de suas façanhas, um pouco como o mágico guarda em segredo seus truques. Enfim, o sociólogo tentará compreender como os desportistas de alto nível são inevitavelmente confrontados em um dado momento com a dopagem. Ele buscará então, a partir de vários casos, reconstituir as diferentes fases da carreira moral dos atletas e discernir como estes últimos foram socializados à prática da

18. Cf. *Le métier de sociologue*. Op. cit., p. 58. • *Ofício de sociólogo*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 51-52.

19. Cf. *La classe ouvrière et les niveaux de vie*. Paris: Librairie Felix Alcan, 1912.

20. Sobre este tema, o leitor poderá recorrer a BRISSONNEAU, C.; AUBEL, O. & OHL, F. *Lépreux du dopage* – Sociologie du cyclisme professionnel. Paris: PUF 2008 [“Le Lien Social”].

dopagem através dos cuidados intensivos dos quais foram objeto. Assim procedendo, ele sem dúvida fará cair por terra o mito de certas façanhas esportivas, desvelando assim a face oculta do esporte de alto nível. Ele transformar-se-á então, com o risco de desencantar o público ávido de heróis, num “caçador de mitos”, segundo a expressão de Norbert Elias<sup>21</sup>. Da mesma forma, o sociólogo que se atribuir o encargo de estudar as condições sociais da relação amorosa, necessariamente transformar-se-á num desmistificador (cf. box).

#### As condições sociais da relação amorosa

Criou-se na mentalidade popular toda uma mitologia em torno do amor, emoção violenta e irresistível que arrebatava alatornamente, que toma conta misteriosamente da maioria dos jovens e frequentemente também os menos jovens. No entanto, a partir do momento em que se busca precisar os critérios da escolha, percebe-se que as flechas do cupido parecem regidas por normas bastante precisas de classe, de renda, de educação, de raça ou religião. Se em seguida buscarmos perscrutar um pouco mais de perto o comportamento que precede o casamento – “fazer a corte”, segundo o eufemismo enganador – perceberemos que ele obedece a um ritual em geral extremamente rígido. E desde então voltamos a nos interrogar: Seria tão boa assim, na maioria dos casos, a emoção que leva a um determinado tipo de relação? Não seriam antes as relações prévias e mesmo frequentemente premeditadas que engendrariam eventualmente a emoção procurada? Em outros termos: é somente quando certas condições são realizadas – ou são artificialmente construídas – que podemos nos permitir “apaixonar-nos”. O sociólogo que busca desvelar os modelos aos quais obedecemos quando fazemos a corte e nos casamos, descobrirá rapidamente uma rede complexa que de múltiplas formas se reporta a toda a estrutura institucional em que vivemos – classe social, carreira, ambição econômica, vontade de poder e prestígio etc. O milagre do amor se nos parecerá desde então um tanto quanto artificial. Mais uma vez, isso não significa que em todos os casos o sociólogo deva declarar ilusória a interpretação romântica. Mas ele buscará, lá ainda, ver o que se esconde por detrás do dado imediato e das interpretações que se beneficiam da aprovação pública. Diante de um casal que passava sob o luar, o sociólogo não se sentirá necessariamente obrigado a negar toda profundidade emotiva desta cena charmosa. Mas preocupar-se-á com a maquinaria que contribuiu para esta encenação, sob seus aspectos não lunares – a fileira social testemunhada pelo carro que levou os enamorados a tal local romântico, os cânones do gosto e da moda que fabricaram suas vestimentas, a situação social que trai a linguagem e o comportamento dos enamorados... enfim, a significação e a intencionalidade sociais de toda a cena.

BERGER, PL. *Comprendre la sociologie* – Son rôle dans la société moderne. Paris: Du Centurion, 1973, p. 58-59.

Mudar o olhar, procurar “ver nas entrelinhas”, desvelar o mundo social são outro tanto expressões que permitem identificar o trabalho sociológico.

Em certos casos, o sociólogo pode encontrar fortes resistências. Às vezes ele precisa distanciar-se da função de especialista que lhe entendem fazer exercer as administrações ou as estruturas de financiamento da pesquisa aplicada. Ele, de fato, frequentemente é convidado a participar, direta ou indiretamente, da avaliação das políticas públicas. Não se trata de questionar o princípio e o interesse destas avaliações, mas é evidente que a intervenção do sociólogo no quadro de um trabalho que depende mais de uma abordagem administrativa ou de gestão da política pública não ocorre sem suscitar nele vários questionamentos. A dificuldade na qual ele esbarra vincula-se à natureza de sua intervenção. Aventurar-se no terreno da avaliação pode efetivamente ser interpretado como sinal de uma renúncia à pesquisa fundamental à medida que o objeto de estudos é então construído não por ele mesmo, mas em função das expectativas institucionais e políticas. O sociólogo pode sentir-se coagido a resignar-se a um determinado número de obrigações às vezes destituídas de qualquer justificação científica. Querendo ou não, a construção do objeto e a problematização lhe fogem, ao menos em parte, tanto que as apostas político-administrativas se impõem como justificação exclusiva do interesse público relegado à pesquisa. Para o sociólogo, as “boas” questões nem sempre coincidem com as “boas” questões formuladas pelos responsáveis administrativos que o solicitam. Com um pouco de experiência, o sociólogo saberá não obstante isso fazer evoluir o questionamento inicial a fim de aproximá-lo de uma verdadeira problemática sociológica. Tratar-se-á então, se as condições forem favoráveis, de interrogar a própria questão, o que significaria dar mostra de pedagogia em relação às autoridades administrativas para fazê-las compreender que o ângulo inicialmente escolhido não é adaptado a uma investigação científica, e que haveria interesse em formular o problema de outra forma. Em alguns casos, a encomenda feita aos sociólogos é apresentada de forma tão vaga que ela não oferece nenhuma dificuldade em desviá-la na direção de uma problemática estritamente sociológica. Em outros casos, ao contrário, ela é específica, tão estreita e tão pouco conforme ao espírito do sociólogo que uma redefinição se impõe. Se o demandante recusar a contraproposta, é preferível então abster-se de colaborar com seu projeto.

Na prática, o sociólogo responde regularmente às demandas. Algumas delas emanam dos serviços de estudos dos ministérios, e são redigidas por agentes com uma formação em ciências sociais, mas outras são inteiramente redigidas sem nenhuma referência aos trabalhos científicos e apenas se preocupam com necessidades em vista da ação. Em todos os casos, urge desconfiar das premissões da pesquisa contratual. A questão social raramente é formulada de forma sociológica. O sociólogo corre o risco de deixar-se enclausurar em conceitos que não têm nada de científico e que, com o tempo, se menosprezará-los, poderão su-plantá-lo e efetivamente levá-lo a pensar segundo as finalidades da ação política e da ideologia política implícita dos militantes do social.

21. Cf. cap. 2 “Le sociologue comme chasseur de mythes”. In: ELIAS, N. *Qu'est-ce que la sociologie?* Paris: L'Aube, 1991 [1. ed. em alemão, 1950].

## Problematizar

Cyril Lemieux

*Sabho não é o homem que fornece as verdadeiras respostas, mas aquele que coloca as verdadeiras questões.*

LEVI-STRAUSS, C. *Le cru e le cuit (O cru e o cozido)*.

Assumir uma pesquisa sociológica não é nada evidente. Nunca é fácil realizar um trabalho de distanciamento diante das prenoções e do senso comum. As questões de sociedade, da forma como são formuladas na vida social e na vida política, podem ser o horizonte e a finalidade da pesquisa sociológica, mas elas não são questões sociológicas enquanto não forem previamente desconstruídas e reconstruídas. A prática da sociologia obedece consequentemente a regras científicas precisas, e nenhum sociólogo pode desinteressar-se dos progressos realizados na questão metodológica. O saber, neste domínio, no entanto, não constitui um fim em si mesmo. Ele é um meio ao serviço de uma melhor compreensão da sociedade. Preocupado em elaborar para cada uma de suas pesquisas um plano rigoroso de objetivação, o sociólogo é convidado a fazer experiências numerosas e diversificadas. Ele não poderá realmente progredir se não aprender a tirar proveito disso, se não admitir seus fracassos e se não pousar sobre si mesmo e sobre a ciência por ele reivindicada um olhar crítico.

E se o mais difícil em sociologia não fosse produzir respostas, mas formular boas questões? Diante de um objeto de pesquisa, seja ele qual for, as questões, com efeito, se apresentam. No entanto, após um exame rigoroso, muitas delas se revelam defeituosas ou insuficientes do ponto de vista da sociologia, seja porque se assemelham ao que poderíamos denominar, nas sendas de Pierre Bourdieu, *questões escolásticas*<sup>22</sup>, seja porque simplesmente se apresentam como *questões descritivas*, incapazes por si mesmas de levantar um verdadeiro problema.

As questões escolásticas são uma espécie perniciososa, já que se apresentam o mais frequentemente revestidas das virtudes da “profundidade” e do “fundamental” – adereços capazes de impor respeito a todo trabalhador intelectual. São as reflexões gerais que as suscitam, reflexões relativas à liberdade humana e ao determinismo, às funções respectivas do indivíduo e da sociedade, ou ainda, ao fato de saber se o atual andamento do mundo possui um caráter inelutável ou não. Estas questões “profundas” consistem em perguntar-nos, por exemplo, se nossas formas de pensar independem de nossa socialização; se determinados indivíduos, agindo como agiram, foram influenciados pela sociedade; ou ainda, se um determinado grupo humano realmente tem condições de transformar-se. Questões deste gênero, na realidade, reportam-se mais à metafísica que à análise sociológica propriamente dita, do ponto de vista a partir do qual elas emergem sem proposições verdadeiras, justamente porque os princípios fundadores da sociologia lhes forneceram *anticipadamente* respostas. Quem concorda com estes princípios não saberia seriamente considerar que nossas formas de pensar de-

22. BOURDIEU, P. *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 1997. p. 61-110.

pendem da socialização<sup>23</sup>. Tão pouco opor sociedade e indivíduo, imaginando-os representar duas entidades autônomas influenciando-se mutuamente<sup>24</sup>, ou supor a possibilidade de um grupo humano ser estático, desprovido de historicidade. Todas estas questões, para ele, já receberam sua resposta de princípio<sup>25</sup>.

Para a sociologia, no entanto, existem questões mais duvidosas que as questões escolásticas: são as questões *simplesmente* descritivas. Estas se anunciam sob o aspecto anódino de uma interrogação técnica ou fática concernindo um pedaço do mundo social. Elas são guiadas pela esperança, a mais legítima, de melhor conhecer um setor de atividades ou reunir informações a respeito de um determinado tipo de realidade social. Elas consistem, por exemplo, em perguntar estatisticamente quantos e quais são os franceses que tiram mais de três semanas de férias por ano, e se esta fatia de trabalhadores aumentou nos últimos quinze anos; ou como as relações entre alunos e professores se organizam num liceu da região parisiense; ou quais posições diferentes assumiram os atores ao longo de uma controvérsia pública. Evidentemente, este gênero de questões não é desprovido de interesse no quadro de uma pesquisa sociológica. Porém, impossível negar que, dado o longo tempo em que passaram sem articular-se com a formulação de um problema, geralmente elas nos atolam no limiar do raciocínio sociológico.

Se os sociólogos somente fossem capazes de produzir questões escolásticas ou descritivas, eles pouco avançariam na compreensão do mundo social. E não seria desprovido de fundamento perguntar-nos se a sociologia valeria então a pena, já que filósofos e metafísicos de um lado, especialistas e técnicos do social de outro, seriam largamente capazes de produzir respostas às questões que aquela *sociologia lá* poderia ter realizado ou seria ainda capaz de produzir. Se simplesmente trilhássemos este caminho, perderíamos o essencial: o espírito da sociologia.

O que é, afinal, este espírito? Ele é uma arte de tornar problemático o mundo social em que vivemos. Diante de situações onde a maioria dos atores prioriza um olhar sobre uma atividade social buscando naturalizá-la, o sociólogo, ao endereçar-lhe certos tipos de questões, pode fazer reaparecer o arbitrário e a indeterminação que esta tentativa de naturalização negou-lhe. Da mesma forma, quando os atores sociais problematizam uma atividade, mas o fazem,

23. Sobre este ponto, cf., p. ex., LAHIRE, B. (Sr. ROSENTHAL, C. (orgs.). *La cognition au prisme des sciences sociales*. Paris: Archives contemporaines, 2008.

24. Cf. esp. ELLIAS, N. *Qui est-ce que la sociologie?* Paris: L'Aube, 1991, p. 55-81 [1. ed., 1970. *La Tour d'Aiguès*].

25. Não se trata de dogmatismo, mas antes da necessidade "técnica" de assumir, a partir do momento em que pretendemos trabalhar sociologicamente, os princípios fundadores dessa disciplina científica. Rejeitar estes princípios, evidentemente, não significa um interdito, uma ilegitimidade *em si*, embora, em princípio, eles nos exitem em um espaço de discussão próprio à metafísica, domínio distinto da análise sociológica propriamente dita.

para o essencial, a partir das expectativas naturalistas, o sociólogo pode, por sua maneira de questionar, fazer reaparecer a dimensão social oculta e mostrar assim o caráter parcial ou errôneo dos raciocínios feitos e, eventualmente, os efeitos sociais devastadores que certas "soluções" podem induzir. Sublinhe-se, no entanto, nos dois casos, que para vencer semelhante defasagem urge começar pelo esforço de superação das definições antepositivas e de suas interpretações "naturais". É neste sentido que, em relação ao espírito da sociologia, podemos tranquilamente afirmar que ele não é nem especulativo nem puramente descritivo, mas *crítico*. Ele exige do pesquisador a capacidade de levantar problemas sobre determinadas realidades sociais que para os atores implicados não existem, ou que existem, mas de forma a menosprezar sua natureza social.

Semelhante gesto crítico está no fundamento de toda postura sociológica autêntica. O objetivo deste capítulo é o de tentar discernir atentamente como, concretamente, este gesto crítico pode ser realizado com sucesso. A atração por questões escolásticas e mais ainda a propensão por questões simplesmente descritivas serão vistas como formas disponibilizadas ao pesquisador para frustrar tal gesto e, por essa via, privar-se do espírito da sociologia. Evidentemente, estes dois obstáculos são insuficientes para definir *positivamente* em que consiste tal gesto, muito menos para definir como ele pode ser concretamente efetuado com sucesso. É por essa razão que antecipamos uma definição positiva e precisa do ato de problematizar em sociologia: diríamos que este ato consiste em formular um enigma cuja especificidade de sua resposta demanda *necessariamente* e ao mesmo tempo a construção de um objeto sociológico e uma postura de pesquisa tipicamente empírica. Os termos importantes aqui são "enigma", "construção de um objeto sociológico", "pesquisa empírica" e "necessariamente".

#### Tornar enigmático o que parece normal

Como os sociólogos se arranjam para produzir um enigma? A receita, na prática, é sempre a mesma. Ela pode ser decomposta em quatro etapas: 1) Aposar-se de uma crença compartilhada ou de uma constatação reconhecida, ambas relativas ao objeto que se pretende estudar. 2) Ressaltar nela uma série de inferências lógicas ou seus enunciados preditos. 3) Evidenciar um ou vários elementos *empíricos* que contradizem as inferências lógicas ou as predições feitas. 4) Perguntar-se, se as crenças compartilhadas ou as constatações relativas ao objeto são *verdadeiras*, como estes elementos empíricos *podem* existir.

Tomemos um exemplo canônico: 1) Alguém nos faz crer que o suicídio é um ato pessoal, "um ato do indivíduo afetando somente o indivíduo"<sup>26</sup>; que as razões de suicidar-se são sempre eminentemente pessoais, ligadas ao "temperamento do suicidado, à seu caráter, à seus antecedentes, aos acontecimentos de

26. DURKHEIM, É. *Le suicide*. Paris: PUF, 2007, p. 8.

sua história privada”, e que elas, pois, dizem respeito “exclusivamente à psicologia”<sup>27</sup>, que o suicídio sempre tem por consequência algo de imprevisível e de inexplicável. 2) Normal, portanto, seria esperar que a taxa de suicídio nacional variasse aleatoriamente de ano a ano. 3) Podemos, contrariamente, constatar uma grande estabilidade na taxa de suicídio nacional. Por exemplo: na França, em 1856, 11,6 habitantes sobre 100.000 se suicidaram; em 1857, eram 10,9; em 1858, 10,7; em 1859, 11,1; em 1860, 11,9; e assim sucessivamente. 4) Tão alta regularidade não pareceria estranha? Se o suicídio, no plano pessoal, é um ato imprevisível, como explicar que a taxa de suicídio se apresente tão previsível?

Duas observações merecem destaque. Primeira: se Durkheim se tivesse limitado à etapa de n. 1, ele somente teria conseguido formular questões escolásticas: Seria o suicídio um ato realmente livre? Seria ele realmente fruto do livre-arbítrio? Segunda: se Durkheim tivesse partido da etapa de n. 3, ele jamais teria conseguido produzir um verdadeiro enigma, contentando-se então em responder às questões descritivas como estas: “Como, na França, a taxa de suicídio variou ao longo do decênio 1850-1860?”; ou, “Os protestantes, durante este período, suicidaram-se em maior ou menor número que os católicos?”. Trata-se de questões que, em si, não têm praticamente nenhum interesse sociológico, e que teriam feito do *Suicídio* um livro de insignificante valor. *A contrario*, o fato de continuarmos lendo esta venerável obra com sempre maior interesse sinaliza o quanto Durkheim conseguiu centrar-se num verdadeiro enigma. Para obter este resultado, o conjunto das três etapas mencionadas foi-lhe necessário: sem isso, a quarta etapa ser-lhe-ia inacessível.

Atravessemos o Reno e mudemos de estilo sociológico. 1) Em quase todas as sociedades humanas observáveis desde a aurora da humanidade, a partir do momento em que os indivíduos conseguem obter um excedente em alimentos ou bens, ou os consomem (p. ex., através da organização de festas), ou os economizam, caso vislumbrem vindouros dias de escassez. 2) Tal comportamento econômico poderíamos reputá-lo “normal” juntos aos humanos. 3) No entanto, no Ocidente, desde o século XVII, deparamo-nos com indivíduos, empreendedores capitalistas burgueses, que se comportam diferentemente, e que buscam organizar racionalmente o trabalho no seio das empresas que dirigem, em vista de obter o máximo de excedente possível. Quando, por essa via, eles conseguem obter o excedente esperado, negam-se, no entanto, a consumi-lo, demonstrando antes um ascetismo, embora tampouco o economizem: eles preferem reinvesti-lo na máquina econômica, organizando sempre mais racionalmente o trabalho no seio de suas empresas a fim de obter mais excedente ainda. Quando, por essa mesma via, conseguem novos excedentes, igualmente não os consomem, nem os economizam, mas os reinvestem novamente na máquina econômica, reorganizando mais racionalmente ainda o trabalho, na esperança de obter mais exce-

dente ainda. E assim, sucessivamente, de forma infinita. 4) Um comportamento desses não pareceria surpreendente? Ele não denotaria algo de aberrante ou irracional, aos olhos dos comportamentos econômicos observáveis em outras sociedades? Não dependeria ele de uma “disposição de espírito” julgada escandalosa e “proscrita tanto na Antiguidade quanto na Idade Média”?<sup>28</sup> Dito de outra forma: se consumir e economizar o excedente, não trabalhando além do necessário, transformou-se em atitude econômica “normal” no seio da humanidade, como o capitalismo moderno, portanto, fundado na “valorização racional do capital no quadro da empresa e na organização racional do capitalista do trabalho”<sup>29</sup>, constituiu-se em norma em nossas sociedades?

As mesmas observações poderiam ser aplicadas ao pensamento de Weber. Se, efetivamente, Max Weber tivesse permanecido na etapa de n. 1, infalivelmente ele teria sido levado a propor questões escolásticas (do tipo: Consumir e economizar o excedente faria parte da natureza humana?). Da mesma forma, se ele partisse diretamente da etapa de n. 3, jamais teria conseguido tornar o capitalismo *problemático*, satisfazendo-se então em responder a questões descritivas desse gênero: “Como se comportaram os primeiros empreendedores capitalistas?”; ou “Quais justificações eles deram ao próprio comportamento?” Obviamente, sua mais renomada obra intitulada *Ética protestante e o espírito do capitalismo* não se vincula a tais interrogações. Estas possuem um interesse sociológico limitado e até mesmo anedótico. O valor deste majestoso estudo é o de esclarecer que *A ética protestante* está vinculada acima de tudo ao fato de produzir, a propósito dos comportamentos econômicos que pareciam aos Modernos os mais normais e os mais naturais, um enigma sociológico. Para chegar a esse resultado, o conjunto das três etapas acima decompostas foi indispensável a Weber.

Não seria sem dúvida exagerado dizer que todo verdadeiro trabalho sociológico pode ser referido a esta matriz. Ainda que determinadas etapas do “tomar enigmático” permaneçam em estado implícito, ainda que a própria etapa do “tomar enigmático” (etapa de n. 4) não seja claramente e distintamente cumprida, os trabalhos sociológicos mais marcantes sempre oferecem a possibilidade de serem lidos como fundamentados numa matriz deste gênero. É por essa razão que encontrar a matriz em questão significa compreender a problemática do trabalho examinado (às vezes mais claramente ainda que ela o é para o autor) e, por consequência, apreender seu interesse sociológico. Esta matriz, em outros termos, não nos fornece apenas um procedimento para tornar enigmático o mundo social que habitamos: ela também oferece chaves para ler de maneira mais perspicaz as obras relativas às ciências sociais que nos aparecem debaixo dos olhos.

28. “Neste comportamento ter-se-ia visto a expressão da avareza mais sórdida e um modo de pensar simplesmente degradante” (WEBER, M. *Éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 2003, p. 30-35 [I. ed., 1905]).

29. *Ibid.*, p. 37.

Sempre que não constrói a contradição matricial entre, de um lado, as inferências lógicas ou as predições que podem ser extraídas de uma constatação reconhecida ou de uma crença compartilhada e, de outro lado, os elementos empíricos que as *contradizem*, o pesquisador assume um duplo risco de levantar questões simplesmente escolásticas ou descritivas. Eis o que poderia ser resumido por meio de um apólogo: imagine um transeunte numa rua onde sumaria, na calçada por ele percorrida, alinham-se 25 casas diferentes. “Quais foram suas janelas apresentam”, pergunta-se ele? Eis o exemplo de uma questão tipicamente descritiva. Tanto mais perceptível porque a resposta do transeunte diz, por exemplo, que “em 96% dos casos as janelas são retangulares (24 casas sobre 25), sendo que nos 4% restantes elas são redondas”. Este transeunte, com uma resposta desse gênero, produziu alguma ciência? Efectivamente, tanto nesta questão quanto na resposta gerada, é difícil perceber-se um interesse sociológico particular: “Não obstante isso”, e se o sociólogo estiver disposto a interagir com este transeunte que afirma ter percorrido uma rua onde 96% das janelas eram retangulares e 4% redondas? Onde pretenderia ele chegar com esta constatação?

Imagine agora um segundo transeunte que, acentuando a esmagadora superpremacia das janelas retangulares na mesma rua, se pergunta: “Nossas representações espontâneas sobre o que é uma casa não implicariam, tratando-se de janelas, a forma retangular? Não estaria o retângulo vinculado à nossa maneira de conceber o que *deve ser* a janela de uma casa?” Desta vez, a questão parece ser mais “profunda”. Este transeunte pôs o dedo em algo que talvez ele mesmo pudesse denominar nosso “inconsciente coletivo”, ou nossas “representações coletivas”, reputando-os comandar pensamentos e gostos espontâneos de arquitetos e clientes. Entretanto, não nos enganemos: sua questão não tem nenhum valor superior à questão do transeunte precedente. Ela obviamente deixa de ser descritiva, mas passa a ser escolástica, já que ignora os fatos empíricos – particularmente os 4% das janelas redondas constatadas. Ela coloca em discussão unicamente os elementos das constatações reconhecidas (as casas de janelas retangulares enquanto norma) e tenta, a partir de lá, interrogar-se sobre o tema do inconsciente ou da liberdade. (Somos nós livres para pensar a forma de nossas janelas? Seriam os arquitetos e seus clientes guiados à revelia por representações coletivas?)

Se um terceiro transeunte se apresentasse com a ambição de construir um enigma sociológico ser-lhe-ia primeiramente necessário o seguinte: conseguir *dramatizar a contradição* entre, de um lado, as predições inferidas à análise das 24 primeiras casas (as janelas, nesta rua, tendendo a ser retangulares, obviamente criam a expectativa de que a 25ª casa, também ela, possui janelas com a mesma forma) e, de outro lado, os elementos empíricos que contradizem estas predições (a 25ª casa possui janelas redondas). Somente então ele estaria à altu-

ra de propor a seguinte questão: “Dado que a maioria das janelas da rua é retangular, por qual razão as da 25ª casa são redondas?” Aquilo que nem a questão descritiva do primeiro transeunte, nem a questão escolástica do segundo provocou, repentinamente emerge aqui: a realidade observada é reconhecida como *contraditória*. Dito de outra forma: o terceiro transeunte torna deliberadamente problemático o que parecia evidente (a existência predominante das janelas retangulares). Ele produz, em face da realidade observada, um gesto crítico. Ele se transforma então em sociólogo.

#### Box 1

Qual é o “gesto crítico” de Norbert Elias na obra *La société de cour*?

A *Société de cour* não é um livro que questiona a “essência” do poder monárquico. Tampouco é uma obra que se limita em descrever a evolução dos costumes e a psicologia na Corte de Versalhes. Do início ao fim, trata-se de uma obra guiada por um enigma sociológico:

- 1) Ao longo de toda a Idade Média, o rei da França não é senão um dentre seus pares. Ele frequentemente mostra-se incapaz de impor respeito diante dos outros senhores, e frequentemente é obrigado a compor com eles, forjando alianças.
- 2) Consequentemente, não seria exagero supor que os grandes senhores do Reino, nas fases históricas subsequentes, continuassem a multiplicar provas de grande independência em relação à autoridade real, exercendo suas habilidades de impor ao Soberano suas próprias visões.
- 3) Inversamente, estudos demonstram que o absolutismo de Louis XIV notabilizou-se pelo fato do rei ter conseguido fazer-se obedecer e simultaneamente temer seus subordinados, inclusive em face dos membros da aristocracia que ocupavam os mais altos escalões.
- 4) Esta constatação não soa estranha? Se o rei medieval não passava de um senhor, gozando do *status de primus inter pares*, como um rei da idade clássica transformou-se, por si mesmo, num monarca absoluto? Outramente dito: se devêssemos dar crédito à afirmação de que a pressão sobre o monarca absoluto “era insuportável, reduzindo-o ao nada”, e que “todos os grupos da corte se rebelavam contra ele”<sup>2</sup>, por que tal pressão coletiva já não se exerce mais?

O gesto crítico de Norbert Elias consiste aqui em tornar problemático o fato mesmo do absolutismo e, para além, a soberania do poder que o Estado moderno exerce sobre seus subordinados. Este poder estatal soberano parecendo normal e natural ao leitor moderno permite estimular o desejo deste último a reporta-se ao anterior unicamente por meio de questões descritivas. Elias, por sua vez, consegue fazer disso um enigma, opondo-lhe à quase ausência de poder estatal que o precedeu, uma experiência enigmática – aquela em que todas as forças da corte se uniram contra o monarca.

<sup>1</sup> ELIAS, N. *La société de cour*. Paris: Flammarion, 1985 [1. ed., 1969].

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 118.

### Como estar seguro de obter uma problemática?

Vários testes permitem ao pesquisador saber se a questão que ele coloca é uma verdadeira problemática. Em primeiro lugar, as questões que possuem mais um caráter escolástico e metafísico que sociologicamente problemático podem ser eliminadas graças ao teste da *empiricidade necessária*. O próprio do enigma-tizar sociológico é efetivamente o de recorrer, para que haja alguma chance de resolver o enigma, à pesquisa de dados empíricos ainda não disponíveis ao pesquisador, e que em grande parte, naquele momento, ele desconhece. Este não é o caso das questões escolásticas, que esperam respostas que não requerem uma pesquisa empírica suplementar, mas antes uma reflexão ao nível lógico e um enquadramento conceitual dos dados já disponíveis.

As questões descritivas, por sua vez, resistem perfeitamente ao teste da empiricidade necessária, já que elas também exigem, a fim de que uma resposta lhes seja aportada, que o pesquisador invista em uma pesquisa empírica. Outros testes são consequentemente necessários para não confundir-las com as reais problemáticas que elas não o são. Podemos primeiramente pensar no teste da *unicidade*: enquanto as questões descritivas, a propósito de um mesmo tema, tendem a se apresentar em número quase infinito, um enigma é sempre único. O pesquisador sem problemática se pergunta: Como funcionava o hospital psiquiátrico Santa Elisabete de Washington em 1955-1956? Como ele funcionou nos anos seguintes? Como funcionava tal serviço do hospital? Qual era então o perfil social das pessoas internadas? Havia ali mais negros que brancos? Qual era o procedimento de internação? Qual era, nos Estados Unidos de então, a legislação referente à internação psiquiátrica? O fato de ele não saber hierarquizar estas questões e de atribuir-lhes indistintamente uma importância "vital", longe de testemunhar uma complexidade particular do tema revela antes sua própria dificuldade em problematizar. Efetivamente, o objetivo nunca é o de escolher, dentre uma infinidade de questões descritivas, aquela que valeria a pena ser colocada — em função de qual critério, aliás, operar tal ou tal escolha? O objetivo é mais simplesmente, mas também mais ambiciosamente, produzir, sob a forma de um enigma, um gesto *crítico* em relação a uma realidade dada. Uma vez realizado este gesto, o pesquisador disporá de um domínio dos mais seguros sobre esta realidade, seja qual for sua complexidade.<sup>30</sup> O próprio do enigmatizar bem-sucedido é, pois, o de sempre fornecer ao pesquisador um princípio de hierarquização, de seleção e de organização dos dados descritivos pertinentes.

Um segundo teste mobilizável para identificar o caráter simplesmente descritivo de uma questão é o da *recusa à exaustividade*. Diferentemente das autênticas problemáticas, as questões descritivas possuem efetivamente por característica notável o fato de incitar o pesquisador a mostrar-se o mais "completo"

possível no tema que ele aborda. Trata-se lá de um objetivo que é não somente impossível de ser alcançado, mas ainda, e principalmente, que faz desviar o pesquisador do projeto verdadeiro das ciências sociais. Como o dizia o historiador Lucien Febvre, temos o direito de exigir de tal pesquisador, confrontado com um tema de estudo, não que ele nos diga "tudo aquilo que ele sabe", mas, acima de tudo, que ele consiga "expor a questão"<sup>31</sup>. Razão pela qual, por exemplo, Durkheim precisa em sua obra *O suicídio*: "Nossa intenção não é, portanto, fazer um inventário o mais completo possível de todas as condições que podem entrar na gênese dos suicídios particulares, mas somente pesquisar aquelas das quais depende este fato definido, por nós denominado taxa social dos suicídios"<sup>32</sup>. Pois, efetivamente, é aquele fato lá, e não outro, que se encontra no fundamento do enigma que Durkheim deu-se por tarefa resolver.

Incapacidade de discriminar entre um número indefinido de questões e busca ilusória de um ideal de exaustividade: eis os dois sintomas mais impressionantes da ausência de problemática — dois indícios, dito de outra forma, mostrando que o espírito sociológico ou se perdeu ou se ausentou. Poderíamos acrescentar ainda um terceiro sintoma, que se revela sempre mais claramente nas fases ulteriores à pesquisa: a realidade que o pesquisador descreveu sempre vai receber polimentos, sobretudo quando ela comportaria elementos conflitivos — já que estes últimos vão ser apreendidos como "naturais" ou funcionais. Tal polimento testemunha que as contradições que fazem a trama do real não foram discernidas e que consequentemente o sociólogo, no momento de lançar sua pesquisa, não dispõe de nenhuma alavanca para *desnaturalizar* as realidades sociais que busca estudar<sup>33</sup>.

### Reconstruir seu objeto de estudo

A definição "natural" do objeto de estudo tende a excluir os elementos empíricos que a contradizem. Assim, por exemplo, a definição usual do capitalismo não assume o fato que ele é uma conduta regida por contradições que ultrapassam os comportamentos econômicos tradicionais. É a razão pela qual colocar um enigma inculca *necessariamente* no sociólogo a obrigação de reconstruir seu objeto de estudos. O objetivo dessa reconstrução é o de criar um plano analítico

31. "Recuso-me a ser 'completo'. [...] Este livro vai juntar-se a outros — que igualmente não são completos. Mas todos, assim o espero, propõem algum enigma a ser procurado [Uso aqui o termo direito]. Do direito de um historiador que se coloca problemas, ao invés de esboçar inventários" (FEBVRE, L. *Amour sacré, amour profane*. Paris: Gallimard, 1996, p. 11-20) ["Folho"] [1. ed., 1944].

32. DURKHEIM, É. *Le suicide*. Op. cit., p. 15.

33. A situação está, pois, longe de ser irreversível e desesperadora: as contradições podem ser apreendidas "no andar da carruagem" e ceder lugar, então, à formação retrospectiva de uma problemática real. Este, sem dúvida, é o processo mais frequente da pesquisa.

30. Este domínio nada mais é que a *contradição* que ele trouxe à tona, relativa à realidade estudada.

no qual a contradição observada não seja mais excluída, mas, ao contrário, evidenciada, mediante uma nova abordagem do tema.

Assim, quando Durkheim rompe com as prenoções relativas ao suicídio enquanto ato individual, livre e imprevisível, ele evita substituí-las pura e simplesmente pela noção de taxa social de suicídios. De fato, nenhuma dessas duas abordagens do fenômeno, enquanto se excluem mutuamente, pode, exclusivamente, construir o objeto sociológico a ser estudado. É somente reconstruindo a noção de “suicídio” ao redor da ideia de que existe alguma relação, a ser determinada, entre taxa social de suicídios constatada em âmbito nacional e entre “estados individuais que acompanham os diferentes tipos de suicídios”<sup>34</sup> que poderá ser plenamente evidenciada e em seguida explorada a contradição ao fundamento do enigma. Durkheim esforça-se assim em construir um novo objeto que não é nem o suicídio como ato individual nem a taxa de suicídios como dado estatístico agregado, mas antes, o suicídio como tendência coletiva interiorizada pelos indivíduos. Este objeto tipicamente novo situa-se de forma crítica em relação às duas abordagens que ele mesmo sintetiza e supera: ele sublinha, contrariamente a determinadas crenças compartilhadas, em que o suicídio não é simplesmente um ato individual – ou, se preferirmos, não é um ato simplesmente individual –, mas igualmente evidencia que, contrariamente às ilusões eventuais do estatístico, a taxa social de suicídios, isolada, não pode evidenciar como cada indivíduo, em sua singularidade, experimenta sua própria tendência ou sua própria imunidade ao suicídio<sup>35</sup>.

Da mesma forma vemos Max Weber, uma vez tendo conseguido tornar o capitalismo problemático, construir um novo objeto que não corresponde nem à concepção do capitalismo enquanto modelo produtivo “objetivamente” mais “competitivo”<sup>36</sup>, nem às abordagens normativas do que deve ser um comportamento econômico “humano”. Este seu novo objeto corresponde às justificações das condutas econômicas ou, mais exatamente, às *éticas* dos agentes sociais, enquanto desencorajam ou encorajam neles determinadas atitudes econômicas. Da mesma forma, Norbert Elias, em sua obra *A sociedade de corte*, uma vez tendo tornado enigmática a dominação exercida pelo monarca, foi levado a construir um objeto novo, denominado por ele “equilíbrio das tensões” no seio da corte. Este

objeto novo o autorizará, recuperando parcialmente tais tensões, a superar esta dominação, bem como a ideia ingênua segundo a qual o poder do chefe de Estado moderno emana de seu carisma e de suas qualidades próprias, e a concepção meio engenhosa segundo a qual este poder não repousa na *realidade* sobre nada.

#### *O princípio da dupla homogeneidade da explicação sociológica*

Se possuísse o espírito sociológico, nosso terceiro transeunte, uma vez tendo conseguido tornar problemática a existência de janelas retangulares na rua estudada, ele também seria levado a construir seu objeto novo de estudo. Ele não poderia contentar-se com uma concepção geral daquilo que é uma janela (isto é, uma abertura numa parede), já que esta não lhe permitiria especificar a relação desigual observada nesta rua entre janelas retangulares e redondas. Poderia ele satisfazer-se mais com a definição localmente dominante sobre o que é uma janela (a saber: uma abertura de *forma retangular* numa parede)? Neste caso, ao invés de manter unido, ele seria constrangido a imputar a outro plano analítico o fato empírico contraditório que lhe serviu para fundar seu enigma (isto é, a existência de janelas redondas). Para sair destes impasses, convir-lhe-ia efetuar, em relação a estes dois tipos de abordagens, um deslocamento permitindo-lhe apreendê-los em um mesmo plano. É esta operação de deslocamento que costumamos denominar, em sociologia, “construção do objeto”. No caso presente, o pesquisador transeunte, por exemplo, atribuir-se-ia por tarefa a de estudar, nesta rua, as *práticas sociais* consistindo em decidir sobre uma abertura numa parede, e em realizá-la.

Ora, um dos pontos essenciais neste deslocamento assim operado é o seguinte: o novo plano analítico (o das práticas de produção de janelas) doravante permite buscar uma explicação, *indiferentemente* da existência de aberturas retangulares, redondas ou comportando outra forma qualquer. Com isso o pesquisador se imunizaria contra a tentação de deduzir, do fato da existência de uma diferença gritante entre janelas retangulares e redondas, que seria necessária a existência de uma diferença na maneira de explicar a existência respectiva destas janelas. Contrariamente teria surgido a perspectiva de uma explicação sociológica homogênea da diferença observada: se as janelas são diferentes, é porque elas têm por origem *comum* as práticas sociais de produção das janelas. É que, dito diferentemente, elas possuem uma *mesma* causa social. Eis o que se opõe radicalmente ao resultado que obteríamos se retomássemos por conta própria a abordagem localmente dominante do que é uma janela: se partíssemos efetivamente do princípio que somente as janelas retangulares são “naturais”, facilmente poderíamos pensar que as janelas redondas deveriam se explicar por práticas não naturais, isto é, sobrenaturais. Contentar-nos-íamos então em dizer que elas têm por causa, por exemplo, a fantasia pessoal ou a doença mental do proprietário da 25ª casa.

34. DURKHEIM, E. *Le suicide*. Op. cit., p. 16.

35. Esta é a proposta do cap. 6 do livro II, consagrada às “Formas individuais dos diferentes tipos de suicídios”; chamar a atenção do leitor para este ponto.

36. Weber se esforça assim para mostrar os limites do conceito de “seleção” como meio de explicação do sucesso do capitalismo moderno: “Para que este modo de conduta de vida e de concepção da profissão-vocação (*Beruf*), enquanto adaptada à especificidade do capitalismo, pudesse ser ‘seleccionada’, isto é, superar as outras, foi necessário primeiramente que ela nascesse, e não somente junto aos indivíduos singulares isolados, mas enquanto modo de ver presente em grupos humanos. É precisamente esta gênese que precisa ser explicada” (WEBER, M. *Éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Op. cit., p. 29).

O sociólogo David Bloor teorizou assim a necessidade de explicar, de maneira homogênea, o que, em um fenômeno, se nos aparece como natural ou normal de um lado, e o que se nos aparece como não natural ou anormal de outro. “Princípio de simetria” é o nome que ele dá a esta exigência que agrega valor ao estudo sociológico das controvérsias científicas<sup>37</sup>. Bruno Latour e Michel Callon entenderam o princípio de simetria mais geralmente ao estudo das controvérsias sociotécnicas<sup>38</sup>. Vemos aqui em que o princípio de simetria da explicação é uma cláusula cuja validade *geral* pode ser reconhecida em ciências sociais: sua “satisfatoriedade” resulta efetivamente de uma reconstrução correta do objeto a ser estudado, sendo que deste objeto ela é, de alguma forma, o emblema. Sempre que a reconstrução do objeto é imperfeita, efetivamente ela faz aparecer uma naturalização ou uma normalização dos aspectos julgados naturais ou normais do fenômeno estudado e, em pé de igualdade, uma “desnaturalização” ou uma “anormalização” dos aspectos julgados não naturais ou anormais<sup>39</sup>.

O princípio de simetria de Bloor soma-se ao que se convencionou denominar “cláusula de homogeneidade da explicação”, formulada por Durkheim, no capítulo 5 da obra *Les règles de la méthode sociologique* (As regras do método sociológico). Esta cláusula faz referência à afirmação segundo a qual “os fatos sociais só podem ser explicados por fatos sociais”<sup>40</sup>. Poderíamos distinguir, a este respeito, *homogeneidade horizontal* (fatos e contrafatos) e *homogeneidade vertical* (todo fato social deve ser explicado por outro fato social). Mas estes dois tipos de homogeneidade, na realidade, são indissociáveis e formam um sistema. Isso porque, a partir do momento que um fato e seu contrafato são submetidos ao mesmo tipo de explicação *sociológica* (homogeneidade horizontal), por definição cada um deles encontra-se referido a uma causa social (homogeneidade vertical). Assim a aplicação do princípio de simetria de Bloor necessariamente leva a satisfazer o princípio durkheimiano consistindo em tratar os fatos a serem explicados, bem como os fatos explicativos, enquanto fatos sociais — e não enquanto fenômenos psicológicos ou materiais. Consequentemente, nosso sociólogo transeunte não tem nenhuma chance de conseguir explicar socio-

37. BLOOR, D. *Sociologie de la logique ou les limites de l'épistémologie*. Paris: Pandore, 1982.

38. Cf. CALLON, M. (org.). *La science et ses réseaux* — Genèse et circulation des faits scientifiques. Paris: La Découverte, 1989. • LATOUR, B. *Nous n'avons jamais été modernes* — Essai d'anthropologie symétrique. Paris: La Découverte, 1991.

39. Ora, como foi dito, tornar a realidade problemática consiste exatamente numa operação inversa: trata-se de tornar não naturais e anormais os aspectos julgados ordinariamente os mais naturais ou os mais normais do fenômeno estudado. Quanto à construção do objeto sociológico e à pesquisa empírica que se segue, poderíamos dizer que seu objetivo é acima de tudo tornar natural e normal os aspectos julgados inicialmente os mais não naturais ou os mais anormais do fenômeno estudado.

40. DURKHEIM, E. *Les règles de la méthode sociologique*. Paris: PUF, 1987, p. 147-11. ed., 1895). Cf. ib. p. 109: “A causa determinante de um fato social deve ser buscada entre os fatos sociais antecedentes, e não entre os estados da consciência individual”.

logicamente as janelas redondas por fatores psicológicos, funcionais, étnicos ou climáticos: ele não somente provocará uma ruptura com o princípio de homogeneidade horizontal, mas também, indissociavelmente, com o princípio de homogeneidade vertical, demonstrando assim, sobretudo, que seu objeto sociológico foi malconstruído.

## Box 2

### O princípio de dupla homogeneidade da explicação em Max Weber

Quando Max Weber assumiu explicar o surgimento do “capitalismo empreendedor burguês” ocidental do século XVII em termos sociológicos, parecia-lhe impossível explicar a não emergência deste tipo particular de capitalismo nas cidades chinesas da época, senão por razões outras que sociais ou históricas. Suponhamos, por exemplo, que ele tivesse imaginado que este tipo de capitalismo não se desenvolveu na China, não obstante a civilização chinesa conhecesse um nível de prosperidade econômico-mercantil elevada, sobretudo por causa da psicologia dos comerciantes chineses, ou em razão das características topográficas ou climáticas da China: neste caso ele teria perdido o que denominamos acima “espírito sociológico”. E isso por duas razões: 1) Porque não foi assim (com este tipo de fatores) que ele, aliás, explicou a emergência do capitalismo no Ocidente (ruptura com o princípio de homogeneidade horizontal). 2) Porque a ausência de capitalismo enquanto fenômeno socio-histórico não podia ser explicada única e essencialmente por fatores psicológicos, climáticos ou geográficos (ruptura com o princípio de homogeneidade vertical).

Na perspectiva em que se situa Max Weber, a psicologia dos comerciantes chineses merece, obviamente, da parte do sociólogo, uma atenção redobrada, mas ela jamais é parte indispensável dos explicativos: longe de ser o que explica a não emergência do capitalismo na China, ela é antes o que deve ser explicado por causas sócio-históricas, através, notadamente, da noção de *ethos* — noção que depende da sociologia, não da psicologia individual. Da mesma forma, na ótica weberiana, as características geográficas ou climáticas são incapazes de explicar *por si mesmas* um fenômeno sócio-histórico, seja ele qual for, à medida que este último não pode ser *deduzido* mecanicamente delas. Estes fatores sem dúvida não deixam de influir, mas o sociólogo não saberia apreender o papel deles senão partindo do fenômeno sócio-histórico ele mesmo antes que considerar tais fatores como uma espécie de mecanismo determinante do exterior das condutas sociais.

### O que fazer com as explicações profanas

No fundo, construir um objeto sociológico consiste em configurar o conjunto dos fatos de forma que o enigma colocado não possa aceitar respostas extrassociológicas. Isso pode ser afirmado a partir da referência à cláusula durkheimiana de homogeneidade da explicação sociológica (homogeneidade vertical), bem como a partir da afirmação, indissociável, de um princípio de simetria (homogeneidade horizontal), muito caro a David Bloor. Em todos os casos, a construção do objeto se apresenta como um trabalho crítico enquanto constrói o pesquisador a romper com as definições naturais do objeto a ser

estudado – isto é, com as prenoções ligadas a este objeto – a fim de tornar possível a explicação sociológica duplamente homogênea investigada. Mas ela leva igualmente, pela mesma razão, a desqualificar *a priori* determinadas respostas ao enigma inicial: de cara podem ser efetivamente descartadas as explicações espontâneas que implicariam infringir o princípio de dupla homogeneidade da explicação sociológica.

É assim que vemos um autor como Durkheim, no início de cada uma de suas obras (*De la division du travail social* (Da divisão do trabalho social); *Le suicide* (O suicídio); *Les formes élémentaires de la vie religieuse* (As formas elementares da vida religiosa)), desfazer metulosamente, uma após outra, as explicações “falsas” do fenômeno social que ele entende estudar: não, o suicídio não se explica pela raça; não, ele não se explica pela hereditariedade; não, ele não se explica pelo clima; não, ele não se explica pela imitação. Por qual razão? Simplesmente porque estas diversas explicações revelam não ser homogêneas com o fato social a ser explicado. Desse fato, exclui-se que elas possam ser verdadeiras *do ponto de vista sociológico*. Importa sublinhar aqui que a eliminação das explicações “falsas” não se deduz do objeto sociológico, como se *a priori* este tivesse imposto ao pesquisador as condições de veracidade. Esta eliminação deve antes ser vista como *uma operação* que contribui por si mesma na construção do objeto sociológico. Ela leva a testar se a explicação candidata estará à altura de satisfazer as exigências de dupla homogeneidade que a explicação sociológica *deve respeitar*. É desta forma que, por exemplo, Durkheim se esforça para mostrar, *apoiado em quadros estatísticos*, que nenhum dos fatores supracitados (raça, hereditariedade, clima, imitação) revela-se à altura de tornar previsível e explicável o fenômeno social do suicídio. Através desta operação ele emoldura passo a passo o suicídio enquanto objeto sociológico, isto é, enquanto objeto que não pode aceitar como causas explicativas senão causas que sejam homogêneas com o fato social que ele efetivamente é.

Os objetos sociologicamente construídos se distinguem assim dos objetos socialmente recebidos pelo fato que, diferentemente destes últimos, os primeiros possuem a faculdade de tornar possível uma explicação sociológica simétrica e homogênea. Isso significaria afirmar que as explicações que não resultam de tal construção – em particular, as explicações “profanas” dos fenômenos sociais – devem ser sistematicamente consideradas falsas pelo sociólogo? Sem dúvida seria mais justo dizer que elas devem ser vistas como *inadequadas* ao projeto de explicação sociológica. Por um lado, de fato, é óbvio que enquanto não satisfazem o princípio de dupla homogeneidade da explicação, estas explicações profanas só podem fracassar ao tentar fornecer ao mundo social uma interpretação propriamente sociológica. A lógica que elas propõem não nos protege da tendência em designar como causa de um fenômeno social (p. ex., a delinquência) um fenômeno que não o é (p. ex., o lenótipo das pes-

soas)<sup>41</sup>; nem contra a tendência de invocar, para explicar um fenômeno socialmente transgressivo (p. ex., a delinquência juvenil), uma causa diferente da invocada para explicar um fenômeno “normal” correspondente (p. ex., a recusa de alguns jovens de aventurar-se em uma carreira delinquente)<sup>42</sup>. O fato é que muito frequentemente estas diversas explicações tendem a naturalizar as diferenças sociais e a normalizar os fenômenos sociais que somente são normais à medida que lhes dedicarmos um esforço significativo para efetivamente torná-los enigmáticos. De outro lado, tais explicações profanas comportam evidentemente algo de verdadeiro, e isso à medida que elas são comparilhadas e, até certo ponto, validadas socialmente. Sua existência social e seu prestígio atestam o fato de não serem destituídas de fundamento. Deste fato pouco sociológico não podemos concluir que elas seriam aberrações mentais, ou explicações absurdas do mundo social, ou erros coletivos. A tarefa sociológica que elas demandam é muito mais exigente: ela consiste em prestar contas de seu fundamento social. Ela requer, em outros termos, que as consideremos como *uma parte do objeto* que, por tarefa, nos atribuímos estudar<sup>43</sup>.

### Box 3

#### As explicações profanas possuem um fundamento racional?

Uma forma doravante corrente de levar em conta o fato que as explicações profanas ligadas ao objeto sociológico estudado fazem parte integrante deste último consiste em invocar seu poder de “construção da realidade”: crenças e representações a respeito do objeto contribuem, diz-se, a construir socialmente o objeto de pesquisa. Assim, por exemplo, crer na validade das explicações astrológicas poderia induzir um ator a interpretar sua perda de emprego como consequência de uma má conjunção astral antes que considerá-la uma injustiça social cometida contra ele. Com efeito, a astrologia como recurso explicativo profano não pode ser desconsiderada na explicação sociológica do comportamento deste ator<sup>41</sup>. Esta abordagem construtivista tem

41. Para reivindicar a função de sociólogo, urge assumir o princípio de dupla homogeneidade da explicação, estudando não o lenótipo das pessoas, mas antes a maneira com a qual ele é socialmente interpretado (ou não) como um sinal tornando previsíveis algumas tendências delinquentes.

42. Estas explicações assimétricas basear-se-iam, p. ex., na ideia de que os jovens delinquentes desperdiçariam seu tempo com a imoralidade, enquanto os jovens não delinquentes orientar-se-iam por uma forte consciência moral. Para reivindicar a condição de sociólogo, urgiria, ao contrário, assumir o princípio de simetria (homogeneidade horizontal), pesquisando qual seria a moral própria a cada uma destas duas populações.

43. P. ex., o fato de imputar ao lenótipo das pessoas de tendências delinquentes renvia às chances muito desigualmente distribuídas de tornar delinquente segundo a condição social dos pais – na França, as populações emigradas são ao mesmo tempo as mais pobres e as mais presentes na prisão. Da mesma forma nos Estados Unidos, os negros, aliás, a resistência de determinadas crianças dos meios populares à tentação de engajar-se em uma carreira delinquente, enquanto seus camaradas escolhem uma, renvia a ligadas diferenças de socialização e de integração. As explicações profanas destes fenômenos, se sociologicamente são inaceitáveis, nem por isso deixam de ter um fundamento.

por mérito acentuar o fato que as explicações profanas resultam de um trabalho coletivo de validação no seio de uma comunidade ou de um grupo social, e constituem, portanto, fenômenos sociais enquanto tais – não fenômenos cognitivos “naturais”. O limite desta abordagem vincula-se ao fato que ela geralmente trata estas explicações profanas sob a ótica de seus *efeitos sociais* e não em suas causas. E por essa razão que tais explicações podem aparecer exclusivamente, na ótica dos autores constitutivistas, como crenças anticientíficas, o que implicaria ver nelas tão somente erros a ser combatidos. Trata-se mais de um interesse das abordagens praxiológicas de inspiração etnometodológica<sup>2</sup> ou pragmática<sup>3</sup>, mas também, por exemplo, da abordagem bouddiana em termos de “boas razões” para se acreditar em ideias falsas<sup>4</sup>, antes que de um interesse em convidar o pesquisador a considerar que as explicações não sociológicas do mundo social possuem um fundamento na *prática* dos atores – fundamento que, desde então, torna-se um objeto da pesquisa. As explicações profanas não parecem perpetuar-se, pois, somente porque regularmente são validadas coletivamente, não obstante a falsidade científica, mas ainda, e mais fundamentalmente, porque se reproduzem nas práticas coletivas que continuam dando a tais explicações uma evidência e uma ancoragem “natural” e racional.

<sup>1</sup> Cf. ADORNO, T. *Des cloïles à terre* – La rubrique astrologique du “Los Angeles Times”. Paris: Exils, 2000 [1. ed., 1975].

<sup>2</sup> Cf. GARFINKEL, H. *Recherches en ethnométhodologie*. Paris: PUF, 2007 [1. ed., 1967].

<sup>3</sup> Cf. LAGRANGE, P. “Enquêtes sur les soucoupes volantes – La construction d’un fait aux États-Unis (1947) et en France (1951-1954)”. *Terrain*, n. 14, mar./1990, p. 92-112. • CLAVERIE, E. *Les guerres de la Vierge* – Une anthropologie des apparitions. Paris: Gallimard, 2003.

<sup>4</sup> Cf. BOUDON, R. *Étiologie ou l’origine diables recues*. Paris: Fayard, 1986.

Em sociologia, portanto, o estatuto das explicações profanas só pode ser o de um objeto ou o de uma parte do objeto estudado. Este objeto, ou parte dele, no entanto, deve ser levado a sério, já que o raciocínio sociológico plenamente reflexivo impõe ir além de uma simples desqualificação da forma com a qual os profanos se explicam o mundo social onde evoluem. Ele obriga primeiramente a apreender os efeitos sociais deste tipo de explicações sobre o objeto que nos preparamos para estudar: Quais obstáculos epistemológicos tais explicações profanas endereçam à construção de um objeto sociológico? Dito de outra forma: Em que exatamente elas contradizem a aplicação do princípio de dupla homogeneidade da explicação sociológica? Trabalho tanto mais importante a realizar que ele poderia levar ao reconhecimento daquilo que seríamos tentados a denominar *instituições sociológicas profanas*: em alguns casos, com efeito, a explicação profana está muito perto de respeitar a cláusula de dupla homogeneidade da explicação sociológica<sup>44</sup>. Ao localizar o que ainda lhe falta

<sup>44</sup> A eventualidade de explicações profanas satisfazendo plenamente este princípio, portanto, não tem razão de ser descartada *a priori*. No entanto, no caso em que esta eventualidade se realiza, nada mais distinguindo estas explicações das hipóteses explicativas propriamente sociológicas, o problema entre as duas, ao qual nos reportamos aqui, desaparece.

para respeitar totalmente esta cláusula (p. ex., uma reformulação sociológica de considerações impregnadas de psicologia individual), o pesquisador pode construir seu objeto sociológico tirando proveito da experiência dos atores, ao invés de tentar contestá-la.

Num segundo momento, ir além da desqualificação das explicações profanas pode não implicar mais a análise dos efeitos sociais, mas as *causas sociais* das explicações. A partir de então, o fundamento que elas encontram na prática dos atores transforma-se em elemento de pesquisa, e o pesquisador deverá empenhar-se para precaver-se contra o fato que, longe de simplesmente serem destituídas de raciocínios abstratos ou arbitrários, as explicações profanas se beneficiam de uma ancoragem “natural” e racional na organização das práticas sociais. O que lhe é então suscetível de aparecer não é mais o obstáculo que tais questões endereçam ao projeto sociológico, mas antes, as resistências políticas e morais que alguma organização das práticas sociais instala em face ao poder de convicção das explicações sociológicas do mundo social<sup>45</sup>.

### A empiricidade necessária

Nem o tornar enigmático, nem a construção de um objeto sociológico podem ser realizados sem um mínimo de confrontação com os dados empíricos. O tornar enigmático procede efetivamente da dramatização de uma contradição entre as expectativas (constatações reconhecidas, crenças compartilhadas) e os fatos sobre os quais urge imediatamente recolher informações. São estes mesmos fatos contraditórios que levam a construir um objeto sociológico, isto é, a abrir o plano de uma explicação sociológica duplamente homogênea, capaz de recapturá-los em um único conjunto com os fatos que os contradizem. Seria, por consequência, errado afirmar que a pesquisa sociológica empírica só começa após a proposição de um enigma e após a construção de um objeto. Desde o início, estas três operações se entrelaçam. A terceira, a pesquisa sociológica empírica, não é menos *logicamente* solicitada e justificada pelas duas primeiras. Ela efetivamente comporta um ar de necessidade técnica para quem quer aportar ao enigma colocado uma resposta que não decorra do pensamento ordinário, mas que, ao contrário, se instala no plano que abriu a construção do objeto

<sup>45</sup> Muitos sociólogos costumam lamentar-se porque suas pesquisas e explicações nunca são compreendidas, implementadas ou aceitas pelos atores nelas implicados. E que eles abordam a questão das explicações profanas unicamente em termos de obstáculo epistemológico, isto é, vendo nelas ideias falsas do ponto de vista sociológico, a “resistência” dos atores às explicações “verdadeiras” tomando-se desde então sinal de irracionalidade de tais atores. Estudar em que a organização das práticas sociais vincula política e moralmente os atores às explicações profanas, a partir do fato que esta organização torna tais explicações muito mais “naturais” e “evidentes” que as explicações “verdadeiras” do sociólogo, sem dúvida é uma atitude mais conforme à ambição da sociologia, mas isso também poderia advir do fato que o pesquisador não se sente obrigado a atribuir aos atores uma irracionalidade maior que a atribuída a si mesmo.

sociológico. Pois, se o específico das explicações profanas é o fato de elas serem *dedutíveis* dos fatos a explicar (que esta menina prefere brincar com bonecas ao invés de brincar com os pequenos soldados, se explica pelo fato que ela é uma menina), o específico das explicações sociológicas é justamente o de não sê-lo. Com efeito, a causa *commun* aos fatos (a maioria das meninas prefere as bonecas e não os pequenos soldados) e às simulações (algumas preferem os pequenos soldados), por definição é exterior a estes diferentes fatos eles mesmos, e a causa não pode ser deduzida de nenhum deles; o fato de ser uma menina não implicando *necessariamente* a preferência pelas bonecas. Em outros termos: a partir do momento que o sociólogo construiu seu objeto, o deducionismo, visto frequentemente como uma maneira de pensar bastante eficaz na vida corriqueira, torna-se para ele um método impossível. No máximo ele pode arquetizar hipóteses explicativas – tomando o cuidado para que elas respeitem a cláusula de dupla homogeneidade –, mas estas merecem em cada caso ser devidamente confrontadas com o real.

Parece assim que o grau de necessidade técnica experimentada pelo pesquisador na condução de uma pesquisa empírica alcançando alcançar uma resposta ao enigma por ele colocado constitui-se em excelente indicador da qualidade sociológica, e de seu enigma, e da construção de seu objeto<sup>16</sup>.

#### Box 4

##### Um traço de união entre construção do objeto e pesquisa: a definição prévia

O vínculo entre construção do objeto e pesquisa empírica pode ser lido no conceito durkheimiano de “definição prévia”, ao qual corresponde, com diferenças não obstante notáveis, a noção weberiana de “ilustração provisória”. Definir, escreve Durkheim, “é delimitar o círculo dos fatos sobre os quais vai incidir a pesquisa, indicar por quais sinais os reconhecemos e como eles se distinguem daqueles com os quais poderiam ser confundidos”. Esta definição é *crítico* sociológica e, portanto, concebida, inicialmente, como um instrumento *ao serviço da pesquisa empírica*. Aliás, esta é a razão pela qual ela é convidada, ao termo desta pesquisa, a ceder seu lugar a uma definição última, mais exata, já que assentada então na explicação sociológica desvelada ao longo da pesquisa. Imediatamente, no entanto, percebe-se o vínculo que une esta definição prévia ao objetivo de construir um objeto sociológico. Pois os critérios

que ela oferece ao pesquisador para reconhecer na profusão do real o que participa do “círculo dos fatos” sobre os quais ele pesquisa não são independentes do objetivo de instalar-se num plano de explicação sociológica duplamente homogênea – desde que eliminando, por exemplo, do fenômeno a ser estudado, tudo aquilo que depende da psicologia individual ou da psicologia. A definição prévia não deve ser confundida, portanto, com a construção do objeto sociológico, sendo antes um instrumento prático que serve para inaugurar a fase da pesquisa. Não obstante isso, ela não deixa de ser importante nesta fase de construção sociológica.

<sup>1</sup> Cf. WEBER, M. *Éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Op. cit., p. 21. Para Weber, a ilustração (*Veranschaulichung*) provisória se opõe à “definição conceitual”, e não é congruente com a forma com a qual Durkheim, por sua vez, concebe a “definição prévia”. Ocorre que a ilustração weberiana é um procedimento que preenche a mesma função da definição prévia de Durkheim, a saber: permitir “estender-se sobre o objeto da pesquisa” (*ibid.*).

<sup>2</sup> DURKHEIM, E. *Journal sociologique*. Paris: PUF, 1969, p. 140.

Não nos alongaremos mais a propósito da pesquisa empírica em sociologia; sobre suas exigências e seus métodos, vários capítulos desta obra são dedicados a estas e a outras questões. Nosso objetivo aqui, o de indicar como conduzir uma pesquisa empírica, é uma *necessidade* convocada pela produção de uma problemática autêntica e pela construção de um objeto, à medida que estes exigem uma reposta que *não pode ser evidente* – uma reposta, dito diferentemente, que não pode ser *deduzida* do círculo dos fatos já conhecidos. A posição aqui defendida não poderia consequentemente ser confundida com um arrazoado de empirismo raso, se por isso entendemos a crença segundo a qual coletar fatos de forma metódica seria suficiente para apresentar um trabalho com ares científicos. A isso a ciência se opõe totalmente, já que ela afirma que a pesquisa empírica, quando efetivamente faz-se necessária, não constitui jamais um fim *em si*, mas somente um meio – o único disponível – para dar ao enigma colocado uma resposta cientificamente satisfatória. Assim, a resposta que finalmente Durkheim aporta à questão de saber se a taxa social dos suicídios é precisamente previsível leve que passar obrigatoriamente pelo exame de inúmeras variações estatísticas em função de diversos “concomitantes sociais” – exame sem o qual o vínculo entre grau de integração social e imunização ao suicídio não poderia ter vindo à tona. Da mesma forma, Weber não teria conseguido explicar a emergência de um “espírito do capitalismo”, transgressivo em relação aos comportamentos econômicos até então dominantes, senão após o exame detalhado dos textos fundadores de inúmeras seitas pietistas, metodistas e batistas do século XVII, incluindo os que expõem as condutas de vida prescritas pelos primeiros capitalistas modernos, como Benjamin Flanklin. Quanto ao sociólogo transeunte mencionado neste capítulo, é somente conduzindo uma pesquisa aprofundada sobre o proprietário da 25ª casa e seu lugar no seio da comunidade local, assim como sobre a evolução das práticas locais em matéria de relações de

46. Encontramos aqui o que mais acima denominamos teste de empiricidade necessário: quanto menos a pesquisa empírica parece tecnicamente necessária para responder à questão colocada, tanto mais podemos estar seguros de que esta questão é tipicamente escolástica – neste caso, os fatos contraditórios que a pesquisa poderia fornecer são negligenciados antecipadamente em favor de um raciocínio abstrato que *deduz* determinadas conclusões lógicas dos fatos já disponíveis. Encontramos igualmente, neste estágio, o teste de recusa da exaustividade: quando nenhum enigma foi posto e o objeto, deste fato, não pôde ser construído sociologicamente (questão descritiva), a pesquisa empírica se apresenta como um simples exercício de coleta de informações visando a ser a mais completa possível, e não como um *imperativo técnico* ligado à pesquisa sistemática de uma explicação.

vizinhança, de construção de casas individuais e de comércio entre arquitetos, promotores imobiliários e clientes, que ele teria alguma chance de encontrar alguma explicação propriamente sociológica ao fato – surpreendente – de 4% das janelas daquela rua possuírem formas redondas, e não, como era de se esperar, retangulares.

## Escolha e limites do modo de objetivação

*Serge Pauzani*

Para o sociólogo, a construção de um objeto de estudos passa por um conjunto de distanciamentos em relação a si e à escolha inicial do tema de pesquisa, mas também em relação às prenoções e à demanda social e institucional endereçadas a ele. O objeto de estudos corresponde neste sentido a uma problematização sociológica da qual geralmente decorrem as hipóteses. Estas últimas podem ser reexaminadas, enriquecidas e às vezes transformadas ao longo da pesquisa. As primeiras experiências de campo frequentemente levam o sociólogo a inflectir seu questionamento inicial. As comparações oriundas da pesquisa podem também fazer surgir novas interrogações que convêm então acrescentar às primeiras. Enfim, às vezes já num estágio avançado da pesquisa, urge elaborar modelos-ideais que servem de matriz à formulação de novas hipóteses e, em seguida, coletar dados empíricos suplementares. Este trabalho frequentemente longo, que visa a construir um objeto de estudos e a fazê-lo evoluir ao largo do processo de pesquisa, deve ser acompanhado por uma reflexão sobre o modo de objetivação o mais apropriado e por uma interrogação sobre os limites deste modo.

Neste capítulo estudaremos as escolhas metodológicas prévias que o sociólogo deve fazer antes de engajar-se em seu campo de pesquisa. Tratar-se-á de examinar os procedimentos a serem respeitados no momento de entrar em relação com a população pesquisada, abordando as principais questões que se impõem neste estágio preliminar da pesquisa. Mostraremos igualmente que a escolha do modo de objetivação também deve ser questionada a respeito dos limites inevitáveis do próprio processo de objetivação.

### As escolhas metodológicas prévias

Quando elabora um projeto de pesquisa, o sociólogo delimita seu objeto de estudos inscrevendo-o numa problemática sociológica, como o vimos na primeira parte deste livro. Um projeto de pesquisa comporta igualmente precisões

sobre a natureza da pesquisa vislumbrada. Em geral, o sociólogo não pode res-ponder antecipadamente a todas as questões que a pesquisa de campo vai sus-citar, mas ele pode antecipar algumas delas, desde que, em função da pesquisa assumida, estas o auxiliem num determinado número de opções ou escolhas metodológicas prévias.

#### *Junto a quem? Onde? Como?*

As escolhas metodológicas relativas ao tipo de pesquisa a assumir dependem em grande medida do objeto de estudos, mesmo se a definição deste não seja definitiva neste estágio da pesquisa e se o sociólogo se reserve a possibilidade de infecti-la em um sentido ou outro em função de suas primeiras constatações de campo. Geralmente o sociólogo se coloca três questões prévias: Junto a quem realizar a pesquisa? Em qual lugar? Segundo qual abordagem?

O sociólogo estuda os fatos sociais que podem ser concebidos de forma global ou específica. De acordo com a problemática assumida, poderia ele con-siderar ser mais judicioso levar em conta o conjunto da população implicada no fato social em questão ou acenuar, ao contrário, uma parcela escolhida desta população? Tomemos o exemplo de uma pesquisa que implicaria os efeitos sociais do divórcio. A pesquisa pode concernir o conjunto das catego-rias socioprofissionais ou somente uma delas. Poderíamos levantar a hipótese de que a experiência do divórcio das categorias populares é singular em re-lação à experiência de outras categorias, e que urgiria estudá-la enquanto tal ou fazer uma comparação entre várias categorias determinadas. Poderíamos igualmente decidir estudar os efeitos do divórcio examinando de forma es-pecífica a trajetória profissional de mulheres divorciadas pouco escolarizadas que sentem o peso do sustento de seus filhos. Esta escolha poderia ser justifi-cada pela hipótese de uma forte precariedade econômica e social desta parcela da população. O sociólogo poderia enfim decidir estudar o efeito do divórcio considerando um período determinado do ciclo de vida. Sociologicamente po-deria ser efetivamente interessante interrogar-se mais particularmente sobre o divórcio de jovens casais ou, ao contrário, sobre casais mais idosos, próximos da aposentadoria. O sociólogo poderia também consentir que o mais apro-priado é o estudo enquanto tal das variações da experiência do divórcio, e que seria preferível neste caso não restringir seu objeto a uma parcela específica da população.

Seria igualmente importante determinar antecipadamente o lugar onde vai ser realizada a pesquisa. Se o objeto de estudos é a experiência vivida do desem-prego, o sociólogo poderia optar pelo estudo deste tema em uma região específi-ca fortemente atingida pela supressão massiva de empregos em razão da falência ou do deslocamento de uma ou várias empresas; ou, ao contrário, optar por não limitar sua pesquisa a uma zona geográfica particular, analisando o desemprego

de uma forma mais global, da forma como ele se apresenta, por exemplo, em tal ou tal país. Tomemos outro exemplo. Se o objeto de estudos diz respeito aos fatores sociais da angústia psicológica da população urbana, a escolha do campo de pesquisa é seguramente determinante. Convém efetivamente escolher fazer a pesquisa em tal ou tal cidade, e, no seio da cidade escolhida, em tal ou tal bairro, em função de hipóteses precisas. O pesquisador poderia efetuar sua escolha exa-minando toda uma série de indicadores selecionados a partir de diversas fontes administrativas ou de dados oriundos do recenseamento geral da população. Determinar o lugar da pesquisa nem sempre é fácil, sobretudo quando várias possibilidades se apresentam. Os critérios de custo da pesquisa e de comodidade de acesso podem entrar no cômputo, mas o sociólogo não pode, neste estágio, fazer economia de uma escolha racional.

Enfim, a terceira questão incide sobre o tipo de abordagem que o sociólogo deseja privilegiar. Ele poderia efetivamente decidir recolher dados fatuais, ditos objetivos, ou dados mais subjetivos. Os primeiros se traduzem frequentemente por uma medida quantitativa: o montante da renda e das despesas, o número de contatos por dia ou por semana, a diversidade das formas de sociabilidade, o modo de vida etc. Os segundos renviam aos sentimentos, às experiências vividas, às opiniões. O sociólogo seguramente poderia coletar os dois tipos de dados na mesma pesquisa, mas, na prática, ele geralmente é levado a fazer es-colhas aclaradas por seu objeto de estudos. O sociólogo poderia igualmente escolher pesquisar por observação participante, por entrevistas semidiretivas ou ainda pela distribuição de um questionário. Estes diferentes tipos de pesquisa apresentam vantagens e inconvenientes sobre os quais urge ter consciência. Não existe uma abordagem incondicionalmente superior às outras. É a razão pela qual urge escolher aquela comandada pelo objeto de estudos e pela problemá-tica elaborada. A escolha prévia do modo de objetivação não é aleatória. Ela é incontornável.

#### *O exemplo das pesquisas sobre o desemprego*

Pelo fato de frequentemente ser considerado uma das causas maiores da degradação do vínculo social, o desemprego mobiliza os pesquisadores em ciências sociais, e notadamente os sociólogos. Ele foi frequentemente estudado como um processo de acúmulo progressivo de degradações. As pesquisas acen-tuaram a degradação do nível de vida, mas também o enfraquecimento da vida social e a marginalização em relação aos outros trabalhadores. É possível dis-tinguir ao menos três tipos de pesquisas sobre o desemprego: 1) A pesquisa de caráter monográfico, cujo exemplo mais célebre é o estudo que Paul Lazarsfeld e sua equipe realizaram em 1930, em Marienthal, na Áustria<sup>47</sup>. 2) A pesquisa

47. LAZARSFELD, P.; JAHODA, M. & ZEISEL, H. *Marienthal: The Sociology of an Unemployed*

compreensiva fundada em entrevistas aprofundadas, cuja *Lépreuve du chômage* (A provação do desemprego), de Dominique Schnapper constitui a ilustração mais perfeita<sup>48</sup>. 3) A pesquisa por questionário junto a uma amostra representativa da população geral de um país ou de um conjunto de países, cujos modos de exploração e os principais resultados podemos encontrá-los no livro coordenado por Duncan Gallie e Serge Paugam<sup>49</sup>. Cada uma destas pesquisas responde a uma problemática específica e depende de escolhas metodológicas justificadas. Busquemos ver quais são as escolhas operadas em cada uma delas (cf. tabela 1).

Para estudar a experiência do desemprego, Paul Lazarsfeld e sua equipe escolheram um método permitindo satisfazer plenamente o vazio que à época constataram entre as estatísticas oficiais e as reportagens de caráter social feitas por jornalistas ou por escritores. "Nos procurávamos, escrevem eles, afinar um método de representação associando a utilização de um material cifrado próprio a uma observação participante. Para tanto, devíamos, por um lado, estabelecer com a população de Marienthal contatos muito estreitos para poder apreender os detalhes mais íntimos de sua vida e, por outro lado, ter de cada jornada uma percepção que lhe permitisse uma formulação objetiva; enfim, o todo devia culminar numa síntese onde cada elemento se conectaria a um número maximamente reduzido de fatos significativos"<sup>50</sup>.

O objetivo era conduzir uma pesquisa a mais precisa e a mais exaustiva possível sobre a vida cotidiana dos desempregados. Os autores, aliás, afirmavam ter-se esforçado o máximo possível para culminar num "inventário completo da vida em Marienthal"<sup>51</sup>. "A experiência do desemprego é descrita nas narrações dos próprios desempregados: em suas conversas espontâneas, em suas respostas detalhadas às nossas questões, nas narrações dos funcionários municipais, e, ocasionalmente, nas cartas e nos jornais íntimos. Os dados objetivos, em parte, já estavam disponíveis junto à cooperativa, à prefeitura, às associações. Quando eles não existiam, tínhamos que elaborá-los nós mesmos sob forma de menus, de orçamento-tempo, de relatórios de observação etc."<sup>52</sup>

Community. Londres: Tavistock, 1933 [Trad. em francês: *Les chômeurs de Marienthal*. Paris: De Minuit, 1981].

48. SCHNAPPER, D. *Lépreuve du chômage*. Paris: Gallimard, 1981 [Red., "Folio", 1994].

49. Cf. GALLIE, D. & PAUGAM, S. (org.). *Welfare Regimes and the Experience of Unemployment in Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

50. Cf. *Les chômeurs de Marienthal*. Op. cit., p. 23.

51. *Ibid.*, p. 24.

52. *Ibid.*

Tabela 1 Comparação das escolhas efetuadas em três pesquisas

	<i>Os desempregados de Marienthal</i> (1933)	<i>Provação do desemprego</i> (1981)	<i>Welfare Regimes and the Experience of Unemployment in Europe</i> (2000)
Objeto de estudos (efeito social estudado).	Multidimensional (inventário da vida em Marienthal).	Trajetória profissional, percepção do tempo, integração social, relação como o trabalho, perspectivas de futuro.	Multidimensional (estudo das condições de vida).
Tipo de população.	Operários de uma fábrica de fiação de algodão.	Várias categorias socioprofissionais.	Amostragem representativa da população geral dos países europeus.
Tipo de lugar.	Um vilarejo industrial situado a uma hora de Viena.	Várias cidades francesas: Paris, Saintes, Angoulême, Lille, Valenciennes, Reims...	País da União Europeia.
Tipo de abordagem.	Observação participante e entrevista aprofundada.	Entrevistas aprofundadas.	Questionário.
Tipos de dados recolhidos (além das características demográficas e sociais da pessoa entrevistada).	Objetivos e subjetivos.	Essencialmente subjetivos.	Principalmente objetivos.

Os autores desta pesquisa não puderam, apesar disso, estudar todos os aspectos do desemprego – eles inclusive afirmam ter descartado os aspectos de sajustados e psicopatológicos –, mas a abordagem deles foi deliberadamente multidimensional<sup>53</sup>. O objetivo primeiro por eles perseguido foi o de estudar o vilarjeio desempregado e não o desempregado isolado. Neste caso, a definição do objeto de estudos fundamenta-se, pois, menos na delimitação *a priori* daquilo que deve ser observado e analisado do que na escolha da população e do lugar implicados na pesquisa. Eles especificaram, aliás, que esta opção metodológica prévia teve por efeito impedir-lhes qualquer generalização. “Trata-se, precisam eles, unicamente de trabalhadores manuais desempregados, num ramo industrial dado, estudados em um dado momento do ano, com as vantagens e os inconvenientes associados a tal estudo de caso. Um dos limites pareceu-nos ter consequências particularmente importantes: nós tínhamos que nos haver com uma comunidade assolada pelo desemprego em sua totalidade. Por falta de pesquisas comparáveis, não podemos afirmar com certeza em que medida o desempregado que convive com pessoas tendo um emprego – numa grande cidade, por exemplo – se distingue do desempregado que vive exclusivamente com outros desempregados”<sup>54</sup>.

Enfim, os dados colhidos são ao mesmo tempo objetivos e subjetivos. Os autores dizem, no entanto, que por um lado tentaram “traduzir os dados psicológicos complexos em dados objetivos e quantificáveis”, e por outro “reduzir ao mínimo os elementos subjetivos inerentes a toda descrição de uma situação social, rejeitando em seguida toda impressão não confirmada pelos dados quantificados”<sup>55</sup>.

A obra de Dominique Schnapper marcou na França o início de uma nova fase das pesquisas sobre o desemprego. Ela ainda hoje constitui uma referência tanto por seu conteúdo – mesmo se a conjuntura econômica não é mais a mesma – quanto pelo interesse metodológico que ela representa. Ela, com efeito, permite aos estudantes de sociologia confrontar-se com a pesquisa qualitativa por entrevististas semidiretivas e aprender a elaborar uma tipologia das experiências vividas<sup>56</sup>. É a razão pela qual os professores continuam, mais de vinte anos após sua primeira aparição, recomendando sua leitura.

A pesquisa de Dominique Schnapper fundamenta-se em 100 entrevistas livres. Não se trata, como na obra *Les chômeurs de Marienthal* (Os desempregados de Marienthal), de uma monografia, mas de uma pesquisa qualitativa na qual a escolha das pessoas interrogadas foi feita visando a obter uma amos-

tra diversificada dos desempregados segundo o sexo, a idade, a categoria socioprofissional e a cidade ou a região de residência. O objeto de estudos não é primeiramente descrever ou inventariar o conjunto das dimensões da vida dos desempregados – mesmo que a pesquisa permita estudar várias delas –, mas mais precisamente o de compreender o sentido que indivíduos desempregados dão às suas experiências vividas.

Dominique Schnapper sublinha que este tipo de método apresenta a vantagem de desvencilhar as respostas da imagem estereotipada do “bom desempregado”, à qual os desempregados sempre correm o risco de reportar-se ao serem sumariamente interrogados nas sondagens de opinião. “Ela permite, graças à confiança do entrevistado, obter senão a experiência vivida, por definição inaccessível, ao menos uma expressão que lhe é próxima. É mais fácil fazer admitir, ao longo de uma extensa entrevista amistosa, as vantagens do desemprego ou simplesmente fazer exprimir e analisar os sentimentos daqueles que, por seu estilo pessoal ou sua pertença social, se mostram menos propensos a fazê-lo”<sup>57</sup>.

Mas nem por isso a vantagem inegável deste método elimina seus limites. “Este material autoriza uma análise puramente qualitativa, permitindo precisar os diversos elementos da experiência vivida do desemprego, explicar os fatores que influenciam esta experiência, sem que se possa avaliar o peso relativo destes fatores. Ele certamente permite elaborar modelos abstratos, mas independentemente de sua representação estatística na população global dos desempregados. Ele não autoriza avaliar a parte dos desempregados inscritos na Anpe que vivem tal ou tal forma de desemprego. [...] É inclusive impossível estabelecer um vínculo entre as análises que nós apresentamos e as pesquisas estatísticas que existem por outros motivos senão pelo intermediário da categoria socioprofissional”<sup>58</sup>.

O estudo a partir de uma pesquisa por questionário feita por amostra representativa permite estudar o efeito do desemprego comparando a população de desempregados com outra que dispõe de um emprego. Quando este tipo de pesquisa concerne a uma vasta amostra, é possível realizar análises mais precisas sobre os efeitos próprios desta experiência, mas também compará-los de uma região à outra ou, se para tanto os dados se prestam, entre países. Ao longo de vários anos as comparações internacionais da experiência do desemprego na Europa permaneceram bastante limitadas, visto que os meios de realizá-las frequentemente esbarravam em dificuldades técnicas de homogeneidade dos dados. Na falta de verdadeiras comparações, o mais frequentemente julgava-se suficiente fazer uma justaposição das monografias nacionais.

O Painel Comunitário dos Casais, cuja primeira ‘onda’ teve lugar em 1994, no entanto, permitiu realizar pesquisas comparativas mais aprofundadas, nota-

53. Cf. a enumeração de conjunto dos dados recolhidos. *Ibid.*, p. 26-28.

54. *Ibid.*, p. 25.

55. *Ibid.*, p. 24.

56. Dominique Schnapper explicou este método retornando notadamente à *Lépreux du chômage* em seu livro *La compréhension sociologique*. Paris: PUF, 1999 [Red. “Quadrige Manuels”, 2005].

57. Cf. *Lépreux du chômage*. Op. cit., p. 59.

58. *Ibid.*, p. 60.

damente no quadro da pesquisa coordenada por Duncan Gallie e Serge Paugam. O painel em questão é uma fonte excepcional. Ele foi realizado de 1994 até 2001 (ou seja, oito ondas) junto a uma amostra de casais representativa de cada um dos 12 países da União Europeia. Por ocasião da primeira onda, a amostra total comportou 60.500 casais, ou seja, aproximadamente 130.000 adultos com idade acima dos 16 anos. Esta fonte não foi elaborada para estudar especificamente o desemprego, mas ela comporta inúmeras questões sobre a experiência profissional, a relação com o trabalho, as condições de vida do casal e alguns elementos sobre as solidariedades familiares, a vida social (relações com os amigos, vizinhos, participação na vida associativa). No entanto, o mais frequentemente trata-se de questões objetivas. As opiniões, as representações e as experiências subjetivas não são abordadas. Em contrapartida, o caráter europeu e longitudinal desta pesquisa permite fazer comparações entre países e estudar os efeitos do desemprego ao largo do tempo.

O estudo da experiência do desemprego na Europa é igualmente estimulante tanto para a pesquisa fundamental quanto para a pesquisa aplicada, já que ele se insere em um vasto campo de reflexão sobre os modos de regulação das sociedades europeias. Esta pesquisa permitiu notadamente verificar que o processo de acúmulo de desvantagens que acompanha a experiência do desemprego assume formas diferentes de país a país segundo o sistema de indenização dos desempregados e as políticas de emprego em vigor em escala nacional, mas também segundo os modos de integração social dos desempregados e particularmente segundo a função da família. Esta análise leva a propor um quadro teórico fundado na distinção de três modelos de regulação social do desemprego.

Estas três pesquisas que recordamos são, portanto, em vários aspectos, muito diferentes uma da outra, mas todas permitem, com instrumentos específicos, analisar a relação entre o desemprego e outros fenômenos sociais, notadamente o risco de pobreza econômica e o isolamento social. As três abordagens que as caracterizam – observação etnográfica, entrevista aprofundada e questionário – na realidade são complementares. Cada vez que o sociólogo dispõe da possibilidade, é de seu interesse articulá-las na mesma pesquisa, no entanto, já que frequentemente os meios que ele dispõe são contrários, será necessário fazer escolhas as mais apropriadas em função de seu objeto de estudos e de sua problemática.

### Os limites da objetivização

Se a escolha do modo de objetivização constitui, após o trabalho preliminar de distanciamento, a primeira etapa da prática sociológica, convém conservar um olhar crítico sobre este processo e ter consciência dos limites inevitáveis da objetividade. Raymond Aron é sem dúvida o sociólogo francês que mais avançou na crítica ao pensamento sociológico. Ele introduziu no debate epistemoló-

gico uma distinção analítica fundamental entre neutralidade e equidade, cujos argumentos se encontram no artigo intitulado "Science et conscience de la société" (Ciência e consciência da sociedade), publicado inicialmente em 1960 nos *Archives européennes de sociologie*<sup>59</sup>.

### Os modos de parcialidade sociológica

Neste texto, ele se interroga sobre a função social da sociologia e tenta tirar conclusões sobre as relações entre sociedade e sociologia. Partindo de pesquisas sobre as classes sociais, que constituíam um dos objetivos centrais da sociologia dos anos de 1960, Aron considera cinco modos de parcialidade sociológica: 1) A seleção arbitrária dos fatos. 2) A confusão, ao nível da teoria, entre a definição convencional e a definição exprimindo os resultados da pesquisa (Aron sublinhava que os sociólogos, notadamente Gurwilt, geralmente definiam a classe social a partir de critérios não demonstrados empiricamente). 3) A pretensão de conhecer com certeza e precisão fenômenos que, por sua própria natureza, são equívocos. 4) A determinação arbitrária do que é importante ou essencial. 5) A projeção na própria sociedade do julgamento do observador sobre os méritos ou deméritos da ordem social. A seus olhos, mesmo a sociologia empírica norte-americana de então, assumia julgamentos de valor em razão da própria atualização dos fatos não ser neutra, já que atribuída ao desajo de justificar ou criticar. Mesmo quando o sociólogo constrói seu objeto de estudos tentando distanciar-se das prenoções, no sentido de Durkheim, ele não deixa de ter preferências e, às vezes de maneira inconsciente, ele integra em seus esquemas de análise das hipóteses socialmente construídas aquilo que geralmente o induz a resultados cuja objetividade não é senão parcial. Aron conclui que "para fugir da parcialidade, portanto, urge um triplo esforço de exatidão empírica, de teoria ou de crítica, enfim, de referências aos valores, implícitos na sociedade e na ciência"<sup>60</sup>.

Se os sociólogos tendem a crer que todo pensamento filosófico é socialmente constituído – o que certamente comportaria uma parte de verdade –, Aron não cessa de lembrar-lhes que seus trabalhos o são igualmente, e talvez de uma forma mais radical ainda. Isso não significa dizer que todas as sociologias são ideológicas e partidárias, que os sociólogos não são capazes de neutralizar seus sentimentos, que são incapazes de rechazar suas paixões. A crítica que lhes dirige Aron é a de não tomarem suficientemente consciência de suas preferências e das implicações sociais e políticas de seus trabalhos: "Disso não concluiria, afirma Aron, que o sociólogo deva evitar os julgamentos de valor, mas ele deve esclarecer aqueles, difusos e implícitos, de seu meio, assim como precisar os valores assumidos por

59. Reed, na coletânea de textos de Raymond Aron: *Les sociétés modernes*. Paris: PUF, 2005 ["Quadrige"].

60. *Ibid.*, p. 64.

ele mesmo<sup>61</sup>. Quando o sociólogo estuda fenômenos como a mobilidade social, ele não pode dissimular uma neutralidade completa. Ao invés de aspirar à indiferença, é preferível, segundo Aron, analisar a significação ideológica ou política dos resultados do trabalho empírico. Aliás, ele recomenda que o sociólogo não ignore os julgamentos de valor que espontaneamente seus leitores encarnam. “O sociólogo não difere do homem político ou do homem da rua no sentido de ele não ter preferências ou de eximir-se de opiniões. Ele deveria diferenciar-se pela consideração de conjunto, pela recusa de exaltar ou de denegrir sistematicamente, pela confissão dos defeitos inseparáveis do regime que ele escolhe, pelo reconhecimento dos méritos próprios ao regime que ele combate”<sup>62</sup>.

#### *Neutralidade e equidade*

Aron já se ocupava disso em sua tese sobre *As regras do método sociológico*, colocando em dúvida a possibilidade de distinguir as características e os procedimentos da causalidade propriamente sociológica e a opinião fundamental estabelecida por Durkheim entre história e sociologia. Percebe-se facilmente em “Science et conscience da la société” que ele distingue-se ainda, ao menos implicitamente, da epistemologia durkheimiana, no sentido de parecer-lhe ilusório tratar com perfeita neutralidade os fenômenos sociais como coisas. Ele se distingue igualmente de Max Weber, mesmo se, como o vimos, a obra deste último o inspirou profundamente. Ele reprova efetivamente este último de haver crido garantir a neutralidade impondo ao sociólogo uma espécie de ascese, interditando as tomadas de posição políticas e os julgamentos de valor. Esta interdição é impossível de ser respeitada, e Max Weber, ele mesmo, não se ateve a esta regra, já que a sociologia que se interessa pelas instituições políticas e sociais não pode abster-se de louvar ou de condenar:

A sociologia louva e condena mesmo quando ela finge não fazê-lo, porque o estudante ou o leitor interpreta os fatos ou as relações em vista de seus próprios valores e em vista daqueles da coletividade, testemunhando, desta forma, tanto aprovação quanto menosprezo. Os homens julgam espontaneamente os fenômenos sociais e possuem um sentimento vago, mas forte, do justo e do injusto. Este sentimento faz parte da realidade ela mesma. Apresentando os fatos ou as explicações causais em estilo neutro, como que absendo-se de apreciá-los, o sociólogo finge não ser um homem como os outros, finge ignorar o sentido profundo de suas interpretações, como se a realidade social pudesse autenticamente ser compreendida, abstração feita das exigências que os cidadãos enunciam acerca de sua cidade<sup>63</sup>.

Convencido que a neutralidade é impossível e que a única verdade dos fatos não garante a objetividade, Aron propõe ao sociólogo tentar alcançar a equidade na localização dos fatos e na composição da imagem intelectual, conceitualmente clarificada, da sociedade. É assim que ele estabelece uma distinção analítica fundamental entre neutralidade e equidade. O raciocínio que ele propõe apoia-se numa sequência lógica de encadeamentos de três proposições: “1) A interpretação sociológica é objetiva à medida que ela é ‘compreensiva’. 2) Não pode haver compreensão senão após o discernimento conjunto do equilíbrio dos elementos, a localização dos fenômenos, a percepção da originalidade própria a uma espécie de ordem social em relação às outras espécies no interior do mesmo gênero; 3) Esta compreensão não é neutra em relação às ideologias dos partidos políticos, embora ela não se confunda com nenhuma delas”.

Para Aron, em sociologia e mais geralmente nas ciências sociais, somente a equidade pode garantir a autenticidade da postura científica. Aron convida os sociólogos não a renunciar às suas teorias, mas a refletir sobre as condições de sua produção e de seu saber sobre a sociedade. “As sociedades modernas, afirma ele, se parecem sempre com a imagem que lhes oferece a sociologia analítica, usando conceitos de *status* e de função. Mas a sociedade do século XX não era composta de *homines oeconomici*, e somente a comparação histórica nos permite discernir como cada sociedade assimila, rechaça, deforma ou transfigura a imagem que a sociologia lhe apresenta dela mesma”<sup>64</sup>.

Em sua lição inaugural no Collège de France, Raymond Aron definiu de forma mais precisa ainda o trabalho do sociólogo pela pesquisa do sentido latente, para além dos sentidos imediatamente oferecidos à consciência dos atores ou revelados por sua proposição. Para ele, toda teoria sociológica carrega em si, de forma implícita, uma filosofia da história, já que a mediação desta última é indispensável para que a passagem do sentido latente para o sentido manifesto coincida com a aparição de uma verdade. Por outro lado, Aron sublinha que se o procedimento que consiste em construir um objeto científico distinto do sentido imediato que os atores espontaneamente dão aos acontecimentos ou aos fatos da vida em sociedade surge como uma etapa essencial no processo de pesquisa sociológica, nem por isso se deve esquecer que ela comanda a espécie de sentido a ser desvendado. Dito de outra forma: Aron convida os pesquisadores a refletir sobre as condições sociais e históricas de suas produções, o que implica desenvolver, acerca de suas próprias pesquisas, o mesmo espírito crítico que eles exibem para compreender e dar um sentido à sociedade.

Pode parecer um pouco surpreendente defender no mesmo capítulo o processo de objetivação que passa inevitavelmente pela escolha refletida do modo de pesquisa o mais apropriado e, ao mesmo tempo, proteger o leitor contra as

61. *Ibid.*, p. 65.

62. *Ibid.*

63. *Ibid.*, p. 67-68.

64. “Sociologie allemande sans ideologie?” *Archives Européennes de Sociologie*. T. 1, 1960, p. 175.

derivadas possíveis às quais conduz a crença ilimitada na infalibilidade da objetividade sociológica. Entretanto, é desejável que o sociólogo que empreende uma pesquisa saiba simultaneamente escolher conscientemente o melhor modo de objetivação tendo em mente, seja qual for a solução vislumbrada, que a objetividade em sociologia é um processo ou um horizonte ao qual se aspira, sem jamais, no entanto, ter-se a certeza de atingi-lo inteiramente. A consciência dos limites da objetividade deve traduzir-se por uma vigilância ainda maior no momento da escolha do modo de objetivação. É a este preço que a sociologia poderá ser considerada uma ciência fecunda, mas também socialmente útil.

## Parte II

### As técnicas de pesquisa